

O Ministro da Justiça Reuniu, Hontem, em Seu Gabinete, os Directores dos Jornaes Cariocas. O Illustre Sr. Francisco Campos Manifestou os Propósitos do Governo de Continuar Mantendo as Melhores Relações Com a Imprensa, Cuja Collaboração Com o Titular da Pasta Política, Neste Momento, é Um Dever Patriótico Indeclinavel



Diario Carioca



Director-Presidente
HORACIO DE CARVALHO JUNIOR

Fundador: J. E. DE MACEDO SOARES

Director-Thesoureiro
J. B. MACHADO LIMA

Anno X — Numero 2.890

Rio de Janeiro, Quinta-feira, 11 de Novembro de 1937

Praca Tiradentes n.º 77

A PALAVRA DO CHEFE DO ESTADO



O presidente Getúlio Vargas lendo a sua proclamação ao microphono. hontem. A noite, no Guanabara

A Memoravel Oração Proferida, Hontem, Pelo Presidente Getulio Vargas!

Foram as seguintes as palavras dirigidas pelo presidente Getúlio Vargas à Nação, às 20 horas de hontem, pelo microphono do Departamento Nacional de Propaganda e irradiadas por toda a rede nacional de emissora:

A' NAÇÃO

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, agindo das deliberações ordinárias da actividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus compatriotas, as responsabilidades inerentes a alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A intervenção na suprema direcção dos negocios publicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento historico e as solicitações do interesse colectivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adopção de medidas que affectam os pressupostos e convenções do regime, os proprios quadros institucionaes, os processos e métodos de governo.

Por certo, essa situação especialissima só se caracteriza, sob aspectos graves e decisivos, nos periodos de



Presidente Getulio Vargas

profunda perturbação politica, economica e social.

(Continua na 2ª pagina)

Nova Constituição

O Texto da Carta Magna Hontem Promulgada

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Atendendo ás legítimas aspirações do povo brasileiro a paz politica e social, profundamente perturbada por conhecido, actores de desordem, resultantes da crescente aggravação dos dissídios partidarios, que uma notoria propaganda demagogica procura desnaturalizar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideologicos, tendentes, pelo seu deseio,volvimento natural, a resolver-se em termos de violencia, collocando a Nação sob a funesta imminencia da guerra civil;

Atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remedios de caracter radical e permanente;

Atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normaes de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo ás inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente a p reensivas deante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando o decomposição das nossas instituições civis e politicas;

Resolve assegurar á Nação a sua unidade, o respeito a sua honra e a sua independencia, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz politica social, as condições necessarias a sua segurança, ao seu bem estar e a sua prosperidade;

Decretando a seguinte Consti-

tuição, que se cumprirá desde

hoje em todo o país.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Da organização nacional

Art. 1.º O Brasil é uma república. O poder politico emana do povo e a exercicio em nome d'elle, e no interesse do seu bem estar, da sua honra, da sua independencia e da sua prosperidade.

Art. 2.º A bandeira, o hymno, o escudo e as armas nacionaes são de uso obrigatorio em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hymnos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos symbolos nacionaes.

Art. 3.º O Brasil é um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Districto Federal e dos Territorios. É mantida a sua actual divisão politica e territorial.

Art. 4.º O territorio federal comprehende os territorios dos Estados e os directamente administrados pela União, podendo accrescer com novos territorios que a elle venham a incorporar-se por acquisição conformes ás regras do direito internacional.

Art. 5.º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para annexar-se a outros, ou formar novos Estados, mediante a aquiescencia das respectivas Assembléas Legislativas, em duas sessões annuas consecutivas, e approvação do Parlamento Nacional.

Paragraphe unico. A resolução poderá ser submettida pelo presidente da Republica ao plebiscito das populações interessadas.

Art. 6.º A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territorios federaes, cuja administração será regulada em lei especial.

Art. 7.º O actual Districto Federal, enquanto sede do governo da Republica, será administrado pela União.

Art. 8.º A cada Estado caberá organizar os serviços do seu peculiar interesse e custear-os com os seus proprios recursos.

Paragraphe unico. O Estado que, por tres annos, consecutivos não arrecadar receita sufficiente á manutenção dos seus serviços será transformado em territorio até o restabelecimento d. sua capacidade financeira.

Art. 9.º O Governo Federal intervirá nos Estados mediante a nomeação, pelo presidente da Republica, de um Interventor, que assumirá no Estado as funções que pela sua Constituição competirem ao Poder Executivo, ou as que, de accordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuidas pelo presidente da Republica.

a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no territorio nacional ou de um Estado em outro, nem como

(Continua na 4ª pagina).

**Mao halito ?
SAL DE FRUCTA ENO**

Intervenção no Estado do Rio de Janeiro

NOMEADO INTERVENTOR O COMMANDANTE ERNANI DO AMARAL PEIXOTO — O DR. HORACIO DE CARVALHO JUNIOR SERA' O NOVO SECRE TARIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Por acto de hontem do chefe sempre ao serviço do país. Na da Nação, foi nomeado interventor no Estado do Rio o comte. Ernani do Amaral Peixoto.

O illustre official é uma das mais dignas figuras da nossa gloriosa Marinha de Guerra. Inteligente e culto, o comte. Ernani do Amaral Peixoto impõe-se ao respeito e á admiração dos brasileiros pelas suas attitúdes nobres e elevadas.

Armada como nos meios sociaes da metropole o novo interventor fluminense conquistou uma situação de inquestionavel relevo pelas suas altas virtudes moraes e intellectuaes. A noticia da sua nomeação para aquelle posto teve, por tudo isso, lisonjeira repercussão.

O povo fluminense recebeu com aplausos a escolha do chefe do Executivo do seu Estado.

na certeza de que o comte. Amaral Peixoto realizará um

governo que vai satisfazer os seus anseios e aspirações.

O secretario do Interior e Justiça

Para secretario do Interior e Justiça o interventor convidou o dr. Horacio de Carvalho Junior, director do DIARIO CARIOCA. Sera chefe do gabinete do secretario do Interior o jornalista Danton Jobin.

A posse do novo chefe do governo fluminense se verificará hoje, devendo o acto da assinatura do compromisso ser realizado, ás 11 horas, no Ministerio da Justiça.

O presidente Getulio Vargas jantou na Embaixada da Argentina

Accedendo a um convite do embaixador Ramon Carano, o presidente Getulio Vargas jantou, hontem, na embaixada da Argentina.

Chegando ás 9 horas o chefe



Dr. Horacio de Carvalho Junior

do governo foi logo após, introduzido no salão de recepções, transcorrendo o agape em meio da maior cordialidade.



Vide 3ª pag.

"A SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida

SUCCURSAL NESTA CAPITAL: AVENIDA RIO BRANCO N.º 131 — 1.º ANDAR

Directores — DR. JOSE MARIA WHITAKER
DR. ERASMO TEIXEIRA DE ASSUMÇÃO
DR. J. C. DE MACEDO SOARES

"A Constituição Hoje Promulgada Criou Uma Nova Estrutura Legal, Sem Alterar o Que se Considera Substancial Nos Systemas de Opinião: Manteve a Forma Democratica, o Processo Representativo e a Autonomia dos Estados, Dentro Das Linhas Tradicionaes da Federação Organica"

Palavras do Sr. Presidente da Republica

A PALAVRA DO CHEFE DO ESTADO

(Continuação da 1ª pagina).

A contingencia de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à acção governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou removê-los as funestas consequências.

Orando de um movimento revolucionario de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa enxada de restauração económica e financeira, e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, um atmosfera de serenidade e confiança propicia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esphera estritamente politica, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em pratica um programma isento de perturbações e capaz de attender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferencia as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança economica, sem as quaes não pôde o individuo tornar-se nítida collectividade e compartilhar dos beneficios da civilização.

Contrastando com as directrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido constructivo e propulsor das actividades geraes, os quadros politicos permaneciam adictos aos simples processos de alieamento eleitoral.

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rotulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações opportunistas em torno de objectivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos politicos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades collectivas orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de ha muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidarios tradicionais. O facto é sobretudo symptomatico se lembrarmos que da sua actividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida politica, nos moldes em que se vem processando, aqui está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisoria competição de grupos, obrigados a operar, pelo suborno e pelas promessas demagogicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassociações e opportunistas, transformaram-se, de um dia para outro, á revelia da vontade popular, em centros de decisão politica, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação collectiva, fosse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de offerecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais á vida e á condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade patria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e accendendo o fecho da discórdia civil.

Acresce ainda notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta politica, os homens que não vivem della, mas do seu trabalho, deixam os partidos entregues aos

que vivem delles, abstendo-se de participar da vida publica, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de acção constructora.

O suffragio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos appetites pessoais e de corrilhos. Resulta dahi não ser a economia nacional organizada que influe ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças economicas de caracter privado, insinuadas ao poder e delle se servindo em prejuizo dos legitimos interesses da communitidade.

Quando os partidos tinham objectivos de caracter meramente politico, com a extensão de franquias constitucionales e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se á superficie da vida social, sem perturbar as actividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influencia e o controle do Estado, sobre a economia, tendem a crescer, a competição politica tem por objectivo o dominio das forças economicas, e a perspectiva da luta civil, que espia a todo momento os regimes dependentes das fluctuações partidarias, é substituida pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.

Em taes circunstancias, a capacidade de resistencia do regime desaparece e a disputa pacifica das urnas é transportada para o campo da turbulencia aggressiva e dos choques armados.

E' dessa situação perigosa que nos vamos approximando. A inercia do quadro politico tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são factores que levam, necessariamente, a armar o problema politico, não em termos democraticos, mas em termos de violencia e de guerra social.

Os preparativos eleitorales foram substituidos, em alguns Estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuizos que já vinha soffrendo a Nação, em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sobre apparencias de organização partidaria, armava-se para impor á Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva á unidade nacional.

Por outro lado, as novas formações partidarias, surgidas em todo o mundo, por sua propria natureza refratarias aos processos democraticos, offerecem perigo immediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional á virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compellido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um anno, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto communista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleito.

A consciencia das nossas responsabilidades indicava imperativamente o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anormal da nossa existência politica, que poderá conduzir-nos á desintegração, como resultado final dos choques de tendencias inconciliaveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.

Collocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidarias systematicamente aggressivas, a Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos efficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obri-

gada a lançar mão, de modo normal, de medidas excepcionaes que caracterizam o estado de risco imminente da soberania nacional e da aggressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfugios.

A organização constitucional de 1934, vasada nos moldes classicos do liberalismo e do systema representativo, evidenciara falhas lamentaveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espirito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em principios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ella mesma criadas á investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder publico.

O aparelhamento governamental instituido não se ajustava ás exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inhibia-lhe os movimentos. Na distribuição das attribuições legais não se collocara, como devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; diluiram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho de Estado ficou reduzido ao minimo, e a sua eficiencia soffreu danos irreparaveis, continuamente exposto á influencia dos interesses personalistas e das composições politicas eventuales.

Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembleias exclusivamente politicas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se irremediavelmente ineperante.

Transformada a Assembléa Nacional Constituinte em Camara de Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da Mensagem do chefe do Governo Provisorio, de 10 de abril de 1934, não se conseguira, até agora, que qualquer dellas fosse ultimada, malgrado o funcionamento quasi ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional, como sejam:

o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projectos da justiça do trabalho, da criação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc., etc. Não deixaram, entretanto, de ter andamento, e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas evidentemente contrarias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo.

Por seu turno, o Senado Federal, permanecia no período de definição das suas attribuições, que constituíam motivo de controversia e de contestação entre as duas casas legislativas.

A phase parlamentar da obra governamental se processava antes como um obstaculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.

Função elemental, e ao mesmo tempo fundamental, a propria elaboração organitaria nunca se ultimou nos prazos regimentaes, com o cuidado que era de exigir. Todos os esforços realizados pelo governo, no sentido de estabelecer o equilibrio organitario, se tornavam inuteis, desde que os representantes da Nação aggravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes em beneficio de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse publico.

Constitue acto de estricte justiça consignar que em ambas as casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso ás mais

delicadas funções publicas, tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos proprios defeitos de estrutura do orgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais.

A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhavel. Conserva-lo seria, evidentemente, obra de espirito acomodaticio e displicente, mais interessado pelas accommodações da clientela politica do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos hombros do Legislativo os onus e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevancia e de graves repercussões, visto affectarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regulação da nossa divida externa.

O governo actual herdou os erros accumulados em cerca de vinte annos de artificialismo economico, que produziram o effeito catastrophico de reter estoques e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção nossos paizes, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria basica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma politica de desengestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negocios de modo que fosse possivel restituir, sem abalos, o mercado do café ás suas condições normaes. Para attingir esse objectivo cumpria alliviar a mercadoria dos pesados onus que a encarcavam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial, e marchando decisivamente para a liberdade de commercio do producto.

No concernente á divida externa, o serviço de amortização e juros constitue questão vital para a nossa economia. Enquanto foi possivel o sacrificio da exportação de ouro, afim de satisfazer as prestações estabelecidas, o Brasil não se recusou a fazê-lo. E' claro, porém, que os pagamentos, no exterior, só podem ser realizados com o saldo da balança commercial. Sob a apparencia de moeda, que vela e disfarça a natureza do phenomeno de base nas relações economicas, o que existe, em ultima analyse, é a permuta de productos. A transferência de valores destinados a attender esses compromissos presuppõe, naturalmente, um movimento de mercadorias do país devedor para os seus clientes no exterior, em volume sufficiente para cobrir as responsabilidades contraidas. Nas circunstancias actuaes, dados os factores que tendem a criar restrições á livre circulação das riquezas no mercado mundial, a applicação de recursos em condições de compensar a diferença entre as nossas disponibilidades e as nossas obrigações só pôde ser feita mediante o endividamento crescente do país e a debilitação da sua economia interna.

Não é demais repetir que os systemas de quotas, contingentamentos e compensações, limitando dia a dia, o movimento e o volume das trocas internacionais, tem exigido, mesmo nos paizes de maior rendimento agrícola e industrial, a revisão das obrigações externas. A situação impõe, no momento a suspensão do pagamento de juros e amortizações, até que seja possivel reajustar os compromissos, sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo economico. Não podemos, por mais tempo, continuar a solver dividas antigas pelo processo ruinoso de contrair outras mais vultosas, o que nos levaria, dentro de pouco, á dura contingencia de adoptar solução mais radical. Para fazer face ás responsabili-

dades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançamos sobre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial, expresso na cobrança de uma taxa official de 35 1/2, redundando, em ultima analyse, em reduzir de igual percentagem os preços já tão aviltados das mercadorias de exportação. E' imperioso por um termo a esse confisco, restituindo o commercio de cambio ás suas condições normaes. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas na sua totalidade pelo serviço da divida, e não bastando, ainda assim, ás suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento economico, do qual depende todo o progresso nacional.

Precisamos equipar as vias ferreas do país, de modo a offerecerem transporte economico aos productos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, proseguindo na execução do nosso plano de communicações, particularmente no que se refere á penetração do "hinterland" e articulação dos centros de consumo interno com os escaudouros de exportação.

Por outro lado, essas realizações exigem que se installe a grande siderurgia, aproveitando a abundancia da mineração, num vasto plano de colaboração do governo com os capitães estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional.

E' necessidade inadiável, também, dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente, que as habilite a assegurar a integridade e a independência do país, permitindo-lhe cooperar com as demais nações do Continente na obra de preservação da paz.

Para reajustar o organismo politico ás necessidades economicas do país e garantir as medidas apontadas não se offerecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais ás condições de existência de um povo, não ha outra solução senão mudal-os, estabelecendo outros moldes de acção.

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos systemas de opinião: manteve a forma democratica, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionaes da federação organica.

Circunstancias de diversa natureza apressaram o desfecho deste movimento, que constitue manifestação de vitalidade das energias nacionais extra-partidarias. O povo o estimulou e acolheu com inequivocas demonstrações de regosio, impaciencia e saturado pelos lances entristecedores da politica profissional; o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Ainda hontem, culminando nos propositos demagogicos, um dos candidatos presidenciaes mandava lêr da tribuna da Camara dos Deputados documentos francamente sediciosos e os fazia distribuir nos quartéis das corporações militares, que, num movimento de saudavel reacção ás incursões facciosas, souberam repellar tão aleivosa exploração, discernindo, com admiravel clareza, de que lado estavam, no momento, os legitimos reclamos da consciencia brasileira.

Tenho sufficiente experiencia das asperezas do poder para deixarme seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caracter pessoal. Jámais concordaria, por isso, em permanecer á frente dos negocios publicos se tivesse de cozer quotidianamente as minhas injunções da accommodação

(Conclue na 4ª pagina).

A Palavra do Chefe do Estado

(Conclusão da 2ª página).

política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da colectividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo a generalizações apelo dos meus conterrâneos, só accedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação.

As decepções que o regime derrogado trouxe ao país não se limitaram, contudo, ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao invés de pertencer a uma assembleia política, em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas actividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das forças económicas e

de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Considerando de frente, e acima dos formalismos jurídicos, a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da genese política das nossas instituições, ellas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro annos, quando se apresentava o problema successorio presidencial, soffria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortaes, dada a inexistência de partidos nacionaes e de principios doutrinaes que exprimissem as aspirações collectivas, certamente não valia o que representava e operava apenas em sentido negativo.

Numa atmosfera privada de espirito publico, como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduzem às apparencias e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicaes, sem a preparação prévia dos diversos factores da vida social.

Torna-se impossivel estabelecer normas sérias e systematização eficiente á educação, a defesa e aos proprios empreendimentos de ordem ma-

terial, se o espirito que rege a politica geral não estiver conformado em principios que se ajustem ás realidades nacionaes.

Se queremos reformar, façamos desde logo, a reforma politica. Todas as outras serão consecutarias desta, e sem ella não passarão de inconsistentes documentos de theoria politica.

Passando do governo propriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se, ainda, que os meios não correspondiam aos fins. A fase culminante do processo politico sempre foi a da escolha de candidato á presidencia da Republica. Não existia mecanismo constitucional prescripto a esse processo. Como a função de escolher pertencia aos partidos e como estes se achavam reduzidos a uma expressão puramente nominal, encontravamos-nos em face de uma solução impossivel por falta de instrumento adequado. Dahi as crises periodicas do regime, pondo quadricenalmente em perigo a segurança das instituições. Era indispensavel preencher a lacuna, incluindo na propria Constituição o processo de escolha dos candidatos á suprema investidura, de maneira a

não se reproduzir o espectaculo de um corpo politico desorganizado e perplexo, que não sabe sequer por onde começar o acto em virtude do qual se define e affirma o facto mesmo na sua existencia.

A campanha presidencial, de que tivemos apenas um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como effectivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silencio, a sua indifferença, o seu desinteresse, a Nação pronunciou julgamento irreversivel sobre os artificios e as manobras que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguiu, ás contendas electorales. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidarios, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o unico fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder.

A gravidade da situação que acabou de descrever, em rapidos traços está na consciencia de todos os brasileiros. Era necessario e urgente

optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existencia nacional e a situação de chaos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontramos, não podia haver meio termo ou temporização.

Quando as competições politicas ameaçam degenerar em guerra civil é signal de que o regime constitucional perdeu o seu valor pratico, subsistindo apenas como abstracção. A tanto havia chegado o país. A complicada machina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quaes pudesse exprimir os pronunciamentos da sua intelligencia e os decretos da sua vontade.

Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de acção — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e effectivo com que possa sobrepor-se ás influencias desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo, e deixando-a construir livremente a sua historia e o seu destino.

Nova Constituição

(Continuação da 1ª pag.)

para repellar uma ou outra invasão;

b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;

c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus poderes estiver impedido de funcionar;

d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender por mais de dois annos consecutivos, o serviço de sua vida fundada, ou que, passado um anno do vencimento, não houver resgatado empréstimo contraído com a União;

e) para assegurar a execução dos seguintes principios constitucionaes:

1 — forma republicana e representativa de governo;

2 — governo presidencial;

3 — direitos e garantias asseguradas na Constituição;

4 — para assegurar a execução das leis e sentenças federaes;

Paraphrasis unico. A competência para decretar a intervenção será do presidente da Republica nos casos das letras "a", "b" e "c"; da Camara dos Deputados no caso das letras "d" e "e"; do presidente da Republica, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, no caso da letra "f".

Art. 10. Os Estados têm a obrigação de providenciar, na esfera da sua competência, as medidas necessarias á execução dos trabalhos commerciaes concluidos pela União. Se o não fizerem em tempo util, a competência legislativa para taes medidas se devolverá á União.

Art. 11. A lei, quando de iniciativa do Parlamento, limitará-se á regular, de modo geral, dispondo apenas sobre a substancia e os principios, a materia que constitue o seu objecto. O Poder Executivo expedirá os regulamentos complementares.

Art. 12. O presidente da Republica pode ser autorizado pelo Parlamento a expedir decretos-leis, mediante as condições, e nos limites fixados pelo acto de autorização.

Art. 13. O presidente da Republica, nos periodos de recesso do Parlamento ou de dissolução da Camara dos Deputados, poderá, se o exigirem as necessidades do Estado, expedir decretos-leis sobre as materias de competência legislativa da União exceptuadas as seguintes:

a) modificações á Constituição;

b) legislação eleitoral;

c) orçamento;

d) impostos;

e) instituição de monopolios;

f) moeda;

g) empréstimos publicos;

h) alienação e oneração de bens immoveis da União.

Paraphrasis unico. Os decretos-leis para serem expedidos dependem de parecer do Conselho da Economia Nacional, nas materias da sua competência consultiva.

Art. 14. O presidente da Republica, observadas as disposições constitucionaes e nos limites das respectivas dotações orçamentarias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização do governo e da administração federal, o comando supremo e a organização das forças armadas.

Art. 15. Compete privativamente á União:

VII — Explorar ou dar em concessões os serviços de telegraphos, radio-comunicação e navegação aérea, inclusive as instalações de pouso, bem como as vias ferreas que liguem directamente portos maritimos a fronteiras nacionaes ou transponham os limites de um Estado;

VIII — Criar e manter alfandegas e entrepostos e prover aos serviços da policia maritima e portuaria;

IX — Fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as directrizes a que deve obedecer a formação physica, intellectual e moral da infancia e da juventude;

X — Fazer o recenseamento geral da população;

XI — Conceder amnistia;

Art. 16. Compete privativamente á União o poder de legislar sobre as seguintes materias:

I — Os limites dos Estados, entre si, e do Distrito Federal e os do territorio nacional com as nações limitrophes;

II — A defesa externa, comprehendida a policia e segurança das fronteiras;

III — A naturalização, a entrada no territorio nacional e saída deste territorio, a emigração e imigração, os passaportes, a expulsão de estrangeiros do territorio nacional e prohibição de permanencia ou de estado no mesmo, a extradição;

IV — A produção, e o commercio de armas, munições e explosivos;

V — O bem estar, a ordem, a tranquillidade e a segurança publicas, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme;

VI — As finanças federaes, as questões de moeda, de credito, de bolsa e de banco;

VII — Commercio exterior e interestadual, cambio e transferencia de valores para fora do país;

VIII — Os monopolios ou estatização de industrias;

IX — Os pesos e medidas, os impostos, o titulo e a garantia dos metaes preciosos;

X — Correios, telegraphos e radio-comunicação;

XI — As communicações e os transportes por via ferrea, via d'agua, via aérea ou estrada de rodagem, desde que tenham caracter internacional ou interestadual;

XII — A navegação de cabotagem, só permitida esta, quanto a mercadorias, nos navios nacionaes;

XIII — Alfandegas e entrepostos; a policia maritima, a portuaria e a das vias fluviaes;

XIV — Os bens do dominio federal, minas, metallurgia, energia hydraulica, aguas, florestas, caça e pesca e sua exploração;

XV — A unificação e estandarização dos estabelecimentos e instalações electricas, bem como as medidas de segurança a serem adoptadas nas industrias de produção de energia electrica; o regime das linhas para as correntes de alta tensão, quando as mesmas transponham os limites de um Estado;

XVI — O direito civil, o direito commercial, o direito aéreo, o direito operario, o direito penal, e o direito processual;

XVII — O regime de seguros e sua fiscalização;

XVIII — O regime dos theatros e cinematographos;

XIX — As cooperativas e instituições destinadas a recolher e empregar a economia popular;

XX — Direito de autor; imprensa; direito de associação; de reunião, de ir e vir; as questões de estado civil, inclusive o registro civil e as mudanças de nome;

XXI — Os privilegios de invento, assim como a protecção dos modelos, marcas e outras designações de mercadorias;

XXII — Divisão judiciaria do Distrito Federal e dos Territorios;

XXIII — Materia electoral da União, dos Estados e dos Municípios;

XXIV — Directrizes da educação nacional;

XXV — Amnistia;

XXVI — Organização, instrução, justiça e garantia das forças policiaes dos Estados e sua utilização como reserva do Exército;

XXVII — Normas fundamentais da defesa e protecção da saúde especialmente da saúde da criança;

Art. 17. Nas materias de competência exclusiva da União a lei poderá delegar aos Estados a faculdade de legislar, seja para regular a materia, seja para supprir as lacunas de legislação federal quando se trate de questão que interesse, de maneira predominante a um ou alguns Estados. Nesse caso, a lei votada pela Assembleia Estadual só entrará em vigor mediante aprovação do Governo Federal.

Art. 18. Independentemente de autorização, os Estados podem legislar, no caso de haver lei federal sobre a materia, para supprir-lhe as deficiencias ou attender ás peculiaridades locais desde que não dispensem ou diminuam as exigencias da lei federal, ou em não havendo lei federal e até que esta se regule, sobre os seguintes assumptos:

a) riquezas do sub-solo, mineração, metallurgia, aguas, energia hydro-electrica, florestas, caça e pesca e sua exploração;

b) radio-comunicação; regime de electricidade, salvo o disposto no n.º XV do art. 16;

c) assistência publica, obras de hygiene popular, casas de saúde, clinicas, estações de clima e fontes medicinales;

d) organizações publicas, com o fim de conciliação extra-judicial dos litigios ou sua decisão arbitral;

e) medidas de policia para a protecção das plantas e dos rebanhos contra as molestias ou agentes nocivos;

f) credito agrícola, incluidas as cooperativas entre agricultores;

g) processo judicial ou extrajudicial;

Paraphrasis unico. Tanto nos casos deste artigo, como no do artigo anterior, desde que o Poder Legislativo Federal ou o presidente da Republica haja expedido lei ou regulamento sobre a materia, a lei estadual ter-se-á por derogada nas partes em que for incompativel com a lei ou regulamento federal.

Art. 19. A lei pode estabelecer que serviços de competência federal sejam de execução estadual; neste caso ao Poder Executivo Federal caberá expedir regulamentos e instruções que os Estados devam observar na execução dos serviços.

Art. 20. E' da competência privativa da União:

I — Decretar impostos:

a) sobre a importação de mercadorias de procedencia estrangeira;

b) de consumo de quaisquer mercadorias;

c) de renda e proventos de qualquer natureza;

d) de transferencia de fundos para o exterior;

e) sobre actos emanados do seu governo, negocios da sua economia e instrumentos ou contratos regulados por lei federal;

f) nos Territorios, os que a Constituição attribue aos Estados;

II — Cobrar taxas telegraphicas, postaes e de outros serviços federaes; de entrada, saída e estada de navios e aeronaves, sendo livre o commercio de cabotagem ás mercadorias nacionaes e ás estrangeiras, que já tenham pago imposto de exportação;

Art. 21. Compete privativamente aos Estados:

I. decretar a Constituição e as leis por que devem reger-se;

II. exercer todo e qualquer poder que lhes não for negado, expresso ou implicitamente, por esta Constituição;

Art. 22. Mediante accordo

com o governo federal, poderão os Estados delegar a funcionarios da União a competência para a execução de leis, serviços, actos ou decisões do seu governo.

Art. 23. E' da competência exclusiva dos Estados:

I. a decretação de impostos sobre:

a) a propriedade territorial excepto a urbana;

b) transmissão de propriedade de "causa mortis";

c) transmissão da propriedade immovel inter-vivos, inclusive a sua incorporação ao capital de sociedade;

d) vendas e consignações effectuadas por commerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual;

e) exportação de mercadorias de sua produção até o maximo de dez por cento "ad valorem", vedados quaisquer addicionaes;

f) industrias e profissões;

g) actos emanados do seu governo e negocios da sua economia, ou regulados por lei estadual;

II. cobrar taxas de serviços estaduais;

1.º O imposto de vendas será uniforme, sem distincção de procedencia, destino ou especie de productos;

2.º O imposto de industria e profissões será lançado pelo Estado e arrecadado por este e pelo Municipio em partes eguas;

3.º Em casos excepcionaes, e com o consentimento do Conselho Federal, o imposto de exportação poderá ser augmentado temporariamente, alem do limite de que trata a letra "e" do n.º 1.

4.º O imposto sobre a transmissão dos bens gorporeos caberá ao Estado em cujo territorio se achem situados; e o de transmissão "causa mortis" de bens incorporeos, inclusive de titulos e creditos, ao Estado onde se tiver aberto a successão. Quando esta se haja aberto em outro Estado ou no estrangeiro, será devido o imposto ao Estado em cujo territorio os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

Art. 24. Os Estados poderão criar outros impostos. E' vedada, entretanto, a bi-tributação, prevalecendo o imposto decretado pela União, quando a competência for concorrente. E' da competência do Conselho Federal, por iniciativa propria ou mediante representação do contribuinte, declarar a existencia da bi-tributação, suspendendo a cobrança do tributo estadual.

Art. 25. O territorio nacional constituirá uma unidade do ponto de vista alfandegario, economico e commercial, não podendo no seu interior estabelecer-se quaisquer barreiras alfandegarias ou outras limitações ao trafego, vedado assim aos Estados como aos Municípios cobrar, sob qualquer denominação, impostos inter-estaduaes, inter-municipaes, de viação ou de transporte, que gravem ou perturbem a livre circulação de bens ou de pessoas e dos vehiculos que os transportarem.

Art. 26. Os municipios serão organizados de forma a ser-lhes assegurada autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente:

a) — á escolha dos vereadores pelo suffragio directo dos municipios alistados electores na forma da lei;

b) — á decretação dos impostos e taxas attribuidos á sua competência por esta Constituição e pelas Constituições e leis dos Estados;

c) — á organização dos serviços publicos de caracter local.

Art. 27. — O prefeito será de livre nomeação do governador do Estado.

Art. 28. — Além dos attribuidos a elles pelo artigo 23 paragrapho 2.º desta Constituição, e dos que lhes forem transferidos

pelo Estado, pertencem aos Municípios:

I — o imposto de licenças;

II — o imposto predial e o territorial urbano;

III — os impostos sobre diversos publicos;

IV — as taxas sobre serviços municipaes.

Art. 29. — Os municipios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços publicos communs. O agrupamento, assim constituido, será dotado de personalidade juridica limitada a seus fins.

Paraphrasis unico. Caberá aos Estados regular as condições em que taes agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma de sua administração.

Art. 30. — O Distrito Federal será administrado por um prefeito de nomeação do presidente da Republica, com a aprovação do Conselho Federal, demissivel "ad nutum", cabendo as funções deliberativas ao Conselho Federal. As fontes de receita do Distrito Federal são as mesmas dos Estados e Municípios, cabendo-lhe todas as despesas de caracter local.

Art. 31. — A administração dos Territorios será regulada em lei especial.

Art. 32. — E' vedado á União, aos Estados e aos Municípios:

a) — criar distincções entre brasileiros natos ou discriminaciones e desigualdades entre os Estados e municipios;

b) — estabelecer subvenciones ou embargos ao exercicio de cultos religiosos;

c) — tributar bens, rendas e serviços uns dos outros.

Paraphrasis unico. — Os serviços publicos concedidos não gozam de isenção tributaria, salvo a que lhes for outorgada, no interesse commum, por lei especial.

Art. 33. — Nenhuma autoridade federal, estadual ou municipal recusará fé aos documentos emanados de qualquer delias.

Art. 34. — E' vedado á União decretar impostos que não sejam uniformes em todo o territorio nacional, ou que importem discriminação em favor dos portos de sua contra os de outros Estados.

Art. 35. — E' defeso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) — denegar uns aos outros, ou aos Territorios, a extradição de criminosos, reclamada, de accordo com as leis da União, pelas respectivas justicas;

b) — estabelecer discriminação tributaria ou de qualquer outro tratamento entre bens ou mercadorias por motivo de sua procedencia;

c) — contrair empréstimo externo sem previa autorização do Conselho Federal.

Art. 36. — São do dominio federal:

a) — os bens que pertencerem á União, nos termos das leis actualmente em vigor;

b) — os lagos e quaisquer correntes em terrenos do seu dominio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam á territorios estrangeiros;

c) — as linhas fluviaes e lacustres nas zonas fronteirizas.

Art. 37. — São do dominio dos Estados:

a) — os bens de propriedade destes, nos termos da legislação em vigor, com as restricções do artigo antecedente;

b) — as margens dos rios e lagos navegaveis, destinadas ao uso publico, se por algum titulo não forem do dominio federal, municipal ou particular.

DO PODER LEGISLATIVO

Art. 38. — O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional, com a colaboração do Conselho da Economia Nacional e do presidente da Republica, daquelle mediante parecer nas materias da sua competência consultiva e deste pela iniciativa e sancção dos projectos de lei e promulgação dos decretos-leis autorizados nesta Constituição.

§ 1.º — O Parlamento Nacional compõe-se de duas Camaras:

a Camara dos Deputados e o Conselho Federal.

§ 2.º — Ninguém pode pertencer ao mesmo tempo á Camara dos Deputados e ao Conselho Federal.

Art. 39. — O Parlamento reunir-se-á, na Capital Federal, independentemente de convocação, a tres de maio de cada anno, se a lei não designar outro dia, e funcionará quatro meses, do dia da instalação, somente por iniciativa do presidente da Republica podendo ser prorrogado, adiado ou convocado extraordinariamente.

§ 1.º — Nas prorogações, assim como nas sessões extraordinarias o Parlamento só pôde deliberar sobre as materias indicadas pelo presidente da Republica no acto da prorogação ou de convocação.

§ 2.º — Cada legislatura durará quatro annos.

§ 3.º — As vagas que occorrem serão preenchidas por eleição suplementar, si se tratar da Camara dos Deputados, e por eleição ou nomeação, conforme o caso, em se tratando do Conselho Federal.

Art. 40. — A Camara dos Deputados e o Conselho Federal funcionarão separadamente e, quando não se resolver o contrario, por maioria de votos, em sessões publicas. Em uma e outra Camara as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 41. — A cada uma das Camaras compete:

Elger a sua mesa;

Organizar o seu regimento interno;

Regular o serviço de sua policia interna;

Nomear os funcionarios de sua secretaria;

Art. 42. — Durante o prazo em que estiver funcionando o Parlamento nenhum dos seus membros poderá ser preso ou processado criminalmente, sem licença da respectiva Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel.

Art. 43. — Só perante a sua respectiva Camara responderão os membros do Parlamento, Nacional pelas opiniões e votos que emitirem no exercicio de suas funções; não estarão, porém, isentos de responsabilidade civil e criminal por diffamação, calúnia, injuria, ultraje á moral publica ou provocação publica ao crime.

Paraphrasis unico. Em caso de manifestação contraria á existencia ou independencia da Nação ou incitamento á subversão violenta da ordem politica ou social pôde qualquer das Ca-

maras, por maioria de votos, declarar vago o lugar do deputado ou membro do Conselho Federal, autor da manifestação ou incitamento.

Art. 44. — Aos membros do Parlamento Nacional é vedado:

a) — celebrar contrato com a administração publica federal, estadual ou municipal;

b) — aceitar ou exercer cargo, commissão ou emprego publico, remunerado, salvo missão diplomatica de caracter extraordinario;

c) — exercer qualquer logar de administração ou consulta ou ser proprietario ou socio de empresa concessionaria de serviços publicos ou de sociedade, empresa ou companhia que goze de favores, privilegios, isenções, garantias de rendimento ou subsídios do poder publico;

d) — occupar cargo publico de que seja demissivel "ad nutum";

e) — patrocinar causas contra a União, os Estados ou Municípios.

Paraphrasis unico. — No intervallo das sessões, o membro do Parlamento poderá reassumir o cargo publico de que for titular.

Art. 45. — Qualquer das duas Camaras ou alguma das suas commissões pôde convocar Ministro de Estado para prestar esclarecimentos sobre materias sujeitas á sua deliberação. O Ministro, independentemente de qualquer convocação, pôde pedir a uma das Camaras do Parlamento, ou a qualquer de suas commissões, dia e hora para ser ouvido sobre questões sujeitas á deliberação do Poder Legislativo.

DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Art. 46. — A Camara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos mediante suffragio indirecto.

Art. 47. — São electores os vereadores ás Camaras municipais e, em cada municipio, dez cidadãos eleitos por suffragio directo no mesmo acto da eleição da Camara Municipal.

Paraphrasis unico. — Cada Estado constituirá uma circumscrição eleitoral.

Nova Constituição

A cidade recebeu, hontem, com calma os acontecimentos políticos que determinaram a entrada em vigor de uma nova Constituição para o Brasil, revogando-se implicitamente, a de julho de 1934.

O presidente Getúlio Vargas, no discurso que pronunciou, à noite, ao microphono do Departamento Nacional de Propaganda, falou à Nação com franqueza e desassombro, mostrando os erros e os vícios que vinham deturpando a essência do regime democrático e a necessidade de dar à nossa democracia uma nova forma, capaz de assegurar o prestígio da autoridade e dar ao governo maiores possibilidades de resolver os grandes problemas nacionais.

O presidente da Republica, com as intenções melhores de servir ao Brasil, deu-lhe uma nova Constituição. A Carta Magna, trabalho inteligente, de cuidadoso exame das nossas necessidades sociais, economicas e politicas, possui uma uniformidade de pensamento que não foi possível imprimir à Carta ephemera de 1934.

A Carta fundamental do regime republicano hontem promulgada, conserva, nas suas linhas gerais, na perfeição do seu arcabouço, a viga mestra do espirito democratico. As alterações que ella apresenta visam, entre outras coisas, fortalecer a representação nacional, criando uma formula nova

para o suffragio universal, dando aos municipios um prestígio que elles nunca possuiram, nelles reconhecendo a cellula mater da federação. Respeitando as liberdades publicas e os direitos dos cidadãos, a Constituição tem os seus alicerces fundamentados no sentido democratico, do qual a consciencia brasileira já mais se afastou e já mais se afastará. Organizando a disciplina, restaurando os principios da hierarchia, oppondo represas poderosas à anarchy e à desordem, a nova Carta Magna não cria circulos de ferro para opprimir e escravizar.

A Carta de 1934, a despeito das melhores intenções que inspiraram os seus autores, não conseguiu conciliar os ideais da Revolução de 1930. Obra de politicos, por isso mesmo cheia de defeitos e contrasensos, ella sacrificou muitas das promessas feitas à Nação pelos revolucionarios que tiveram como chefe civil o sr. Getúlio Vargas. Dando ao Brasil outra Constituição o sr. Getúlio Vargas se reinveste na qualidade de chefe da Revolução de 30 e retoma o rythmo interrompido de sua grande obra.

E', pois, na autoridade moral do presidente da Republica, nos anseios da Nação que quer viver e prosperar sem os tropeços de formalismos irrealistas e no sangue dos brasileiros immolados por um Brasil maior, que vamos encontrar a legitimação da nossa nova Carta Política.

TOPICOS

A PALAVRA MILITAR

A proclamação do ministro da Guerra ao Exército Nacional é um documento digno de ser lido. Digno pela altivez digna pelos principios, digno pela linguagem com que enuncia o verdadeiro pensamento das classes armadas.

O general Eurico Dutra, um verdadeiro chefe militar, falou aos seus camaradas a linguagem exata, unica compativel com a dignidade da sua classe. "Não lhe cabe, ao Exército, diz o ministro da Guerra, influir nos destinos politicos de que os politicos se incumbem. Não é esta a sua missão. Muito mais simples, nem por isso mais nobre, é a sua missão."

O Exército e a Marinha do Brasil são forças de defesa e vigilância. De vigilância contra as tentativas de desordem e de anarchia, de defesa contra os arranjos insensatos de todos que pretendem destruir o regime e a integridade da patria. Para a missão preciosa das forças armadas do Brasil é, por isso mesmo, o motivo maior da estima e da sympathia que lhe dedica o povo brasileiro.

O CANADÁ E O COMMUNISMO

O communismo continua a ser repellido por todas as nações do mundo. A repulsa ao credo vermelho é geral. A civilização christã não pode dormir indiferente aos perigos que a cercam, ameaçando levar na borrasca todas as nossas grandes conquistas e todas as tradições da humanidade.

Agora é o Canadá que colloca o bolchevismo fora da lei. Apesar de não ser um país independente, o Canadá é um território americano que vive por si e ainda concorre para a manutenção da sua metropole. Povo christão, conservador, o canadense é profundamente cioso da sua personalidade dentro do conceito universal. Por isso a Canada não poderia permitir que, dentro do seu território, o germen vermelho proliferasse.

Um telegramma divulgado na imprensa de hontem diz que a policia daquelle país fechou o seminario "Clarke", publicado em francês, em consequência de queixas recebidas de que o referido órgão estava sendo usado para fins de propaganda communista. Os empregados foram expulsos, tendo a policia apreendido os arquivos e toda a correspondência. A diligência foi effectuada, autorizada pela nova lei "Duplessis-Paolioli", que autoriza as autoridades politicas do Canada a fechar todo e qualquer escriptorio onde se reúnem communistas ou esteja sendo preparada propaganda vermelha.

UMA DATA DA HUMANIDADE

COMMEMORA-SE hoje a data do armistício que pôz fim à guerra de 1914. A data ficou na historia, como uma das maiores do século. Não somente pôz as nações que se declararam na carnificina monstruosa de quatro annos, como também a propria humanidade que via, na guerra, a destruição das suas maiores conquistas e a derrocada de uma civilização.

A sanção de 1914-1918 embeza paginas immensas da historia do mundo. Não ha mais lugar para se apontar este ou aquelle país como responsável pela luta. Isso é tarefa do historiador. Registrando a data do armistício cumpre-nos render a homenagem que merecem todas as nações que, de lado a lado, se empenharam na pugna e tiveram a felicidade de, num feliz momento de inspiração divina, fazer cessar o ribombo dos canhões e o ruído das metralhadoras.

Para repatriamento dos restos mortaes dos brasileiros mortos no Paraguay

Por auto de hontem do presidente da Republica, foi autorizado o Poder Executivo a repatriar os restos mortaes dos brasileiros mortos no Paraguay em defesa do que tombaram no Uruguay e Brasil, ficando hontem, para esse fim, pelo Ministério

da Guerra, o credito especial de 1.000.000 (mil contos de reis).

PARA FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE SEGURANÇA

Ainda por auto de hontem foi reterido para o exercicio de 1938 o credito especial de 500 contos, para attender ao pagamento das despesas do funcionamento do Tribunal de Segurança Nacional e dos seus serviços auxiliares, no exercicio proximo vindouro.

O major Corrêa Lima no Gabinete do ministro da Justiça

O NOVO AUXILIAR DA PASTA POLITICA ERA OFFICIAL DE GABINETE DO MINISTRO DE GUERRA

O ministro da Guerra, general Eurico Dutra, em data de hontem, atendendo à solicitação do seu collega da pasta da Justiça, passou à disposição desse titular o major da arma de artilharia Augusto Frederico de Araujo Corrêa Lima, que servia como seu official de gabinete.

O major Corrêa Lima, que é um militar brilhante e possuidor de todos os cursos exigíveis a um official superior, vem ha pouco da guarnição do Estado do Rio Grande do Sul, onde comandava o 2º Grupo de Artilharia a Cavallo, prestando nessa unidade relevantes serviços à sua classe.

Vae ser julgado novamente o ex-tenente D'Aurelie Olivier

O PROSEGUIMENTO DO SUMMARIO DE CULPA DO TENENTE PAULO FONTOURA. Esta marcado para hoje, na Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército, o novo julgamento, pelo crime de desercão, do ex-tenente Augusto Henrique Marie d'Aurelie Olivier.

Na 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, proseguirá hoje, às 13 horas, o summario de culpa do 2º ten. de adm. Paulo Fontoura.

Generaes no Gabinete do ministro da Guerra

Estiveram hontem, no Gabinete do ministro da Guerra, em diversas horas do dia, os generaes Góes Monteiro, Almerio de Moura, Silva Junior, Xavier de Barros, Pedro Cavalcanti e Raymundo Barbosa.

Tribunaes militares britannicos na Palestina

INSTITUIDA ESSA MEDIDA EXTREMA PARA REPRIMIR OS CONTINUOS ACTOS DE SABOTAGEM E ASSASSINIOS DE LEADERES.

JERUSALEM, 10 — Durante a tarde de amanhã será publicado o decreto instituido em todo o território da Palestina os tribunales militares britannicos, medida energica considerada necessaria para a repressão dos continuos actos de sabotagem e assassinios de lideres politicos arabes e israelitas. Os tribunales deverão começar a funcionar no dia 18 de novembro proximo, sendo cada um composto de um official superior do Exército e de dois magistrados de carreira, os quaes terão apenas funções de conselheiros juridicos. Esses tribunales de emergência julgarão todos os processos previstos pelas ultimas declarações officiaes britannicas relativas ao estado de sítio. O porte de armas prohibidas, a provocação de desordens, greves e conflitos, serão castigados com a pena de morte, enquanto os outros crimes serão apenas passíveis de penas de prisão de um a 30 annos. Os verdictos serão pronunciados pelos tribunales militares serão ratificados pelo commandante em chefe das forças do Exército britannico na Palestina, cuja resolução será inappellavel. Todos os jornais do país deverão diariamente reproduzir o texto do decreto, de hoje, até o dia 13 proximo. — (A. B.)

Novas Diretrizes Para a Política do Café

O texto do projecto elaborado pelo ministro Souza Costa e que deverá ser promulgado ainda hoje

O gabinete do ministro da Fazenda forneceu, hontem, à imprensa, a seguinte nota:

"Dentro de 24 horas serão promulgadas as medidas que o ministro Souza Costa vem estudando e que, em parte, já hontem enviou à Câmara para a execução da nova politica do café".

O TEXTO DA NOVA LEI

E' o seguinte o texto da lei elaborada pelo ministro da Fazenda:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado:

a) — a declarar canceladas as responsabilidades do Departamento Nacional do Café, decorrentes do aceite das letras de cambio, de saque e endosso do Thesouro Nacional, no valor de trezentos mil contos de reis, a que se refere o decreto nº 24.457, de 25 de junho de 1933; e, da mesma forma, as decorrentes da lei nº 123, de 30 de agosto de 1937, arts. 2º e 3º, sem prejuizo da emissão autorizada no art. 1º, a qual será ultimada e entregue ao Departamento, para os fins indicados no ultimo Convenio dos Estados Cafeeiros;

b) — a tomar a cargo do Thesouro Nacional até quinhentos mil contos da circulação da Carteira de Redescantos, exonerando-se do pagamento de igual quantia, a essa Carteira, o Banco do Brasil, o qual applicará essa importância na amortização de seus creditos contra o Departamento Nacional do Café;

c) — a abrir, ao Departamento, no Banco do Brasil, uma conta especial, com o limite de 300.000.000\$000, e com a co-obrigação solidaria do Thesouro Nacional, a debito da qual serão levados o saldo reman-

nente dos creditos do proprio Banco do Brasil contra o Departamento, e os pagamentos que o Banco for autorizado a fazer a Estados, Banco e particulares, de ordem do Departamento, para satisfação de seus debitos liquidos e certos;

d) — a assumir, pelo Thesouro Nacional, a responsabilidade do saldo do emprestimo externo de £ 20.000.000, contratado pelo Estado de S. Paulo para defesa do mercado de café, computados na apreciação desse saldo os depositos vinculados ao serviço desse emprestimo.

Art. 2º — Os debitos constantes das letras "c" e "d" do artigo anterior, assim como as despesas estritamente indispensaveis à manutenção do Departamento serão satisfeitos:

1º — pela taxa de 15 shillings, a que se referem o art. 2º do decreto nº 20.100, de 7 de dezembro de 1931, e o art. 1º do decreto nº 23.488, de 24 de novembro de 1933, a qual será cobrada a taxa fixa, em moeda nacional, de 12\$000, e arrecadada pelo Banco do Brasil, na forma usual;

2º — pela oportuna apuração de elementos do activo do Departamento.

§ 1º — Quatro mil reis, pelo menos, dessa taxa serão applicados aos encargos da letra "c" do art. 1º e seis mil reis, pelo menos, aos da letra "d", liquidados de uns e outros encargos, que não poderão ser aumentados, nem renovados.

§ 2º — Liquidados os encargos em moeda nacional, supprir-se-á, automaticamente, a quota de 4\$000, ficando o Banco do Brasil obrigado a declarar, publicamente, para esse effeito, a liquidação do debito,

tão logo esta se verificar, e passando a arrecadar apenas oito mil reis.

Art. 3º — O debito da conta especial previsto no art. 1º, letra "e", será dividido em doze prestações semestrais de vinte e cinco mil contos de reis. A amortização do principal e juros de cada prestação se applicará, precipuaente, a quota da taxa, segundo o § 1º do art. 2º e em seguida a renda que, de qualquer outra procedencia, obtiver o Departamento, em entendimento com o Banco do Brasil. O excedente, que porventura se verificar no semestre, será applicado na liquidação das demais prestações, a partir das mais remotas, de modo a antecipar-se a extincção de debito e da taxa, na forma do § 2º do art. 2º.

Art. 4º — Fica reduzido a 30 mil contos de reis o limite de seiscentos mil contos para o redescanto de titulos do Departamento Nacional do Café, utilisavel apenas no redescanto dos titulos correspondentes a prestações, de que trata o artigo anterior. Esse limite reduzirse-á, automaticamente, de vinte e cinco mil contos a cada fim de semestre, de modo a se extinguir no prazo maximo de quatro annos.

Paraphrase unico — Quando occorra alguma das liquidações anticipadas previstas no artigo anterior, o Banco do Brasil fica obrigado a communicar a Carteira de Redescantos, para effeito da redução do limite e no prazo maximo.

Art. 5º — Fica mantido o Convenio dos Estados Cafeeiros em tudo quanto não contraria, explicita ou implicitamente, a presente lei, continuando, nas mesmas condições.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrario.

A Morte do Ministro Mac Donald

Interessante entrevista de sua secretária particular, sra. Rosa Rosenberg

SERA SEPULTADO NO CEMITERIO DE LOSSIOMOUTH, AO LADO DE SUA ESPOSA

LONDRES, 10 — Em entrevista exclusiva concedida à United Press, Rosa Rosenberg, que foi secretária particular do extinto sr. Ramsay Mac Donald, revelou que "em varias occasões, os esforços pessoais e o tacto do fallecido, quando ministro do Exterior e primeiro ministro, evitaram a guerra. Acrescentou que "elle viveu para a paz mundial".

Disse que a resolução do sr. Mac Donald, de se retirar da vida publica, não tinha relação com a politica, mas foi devida em grande parte a motivos de saúde. E esclareceu: "Durante annos, depois de conferencias durante todo o dia com os diplomatas, voltando fatigadissimo à residência de Downing Street, sentava-se a sua mesa de trabalho para despachar a pilha de documentos do expediente da pasta, trabalho que o occupava até avançadas horas da noite. Ao dia seguinte, entretanto, levantava-se como de costume às 6.30 da manhã e se punha novamente a trabalhar.

Perguntada se se pode comparar a sua actividade sem repouso com a de Edison, respondeu: "Sim, com a differença de que Mac Donald precisava bastante de dormir e não o conseguia. Descuidava-se de si proprio, empenhado como estava no trabalho, não obstante as varias advertencias dos medicos, que elle invariavelmente desprezava, excepto quando teve de ser operado da vista. Foi a continua leitura de papéis officiaes que lhe enfraqueceu horribilmente a visão."

Rosa Rosenberg, que foi sua secretária

durante quinze annos, declarou que embora elle parecesse sorrir sempre "cruelmente", era o mais attencioso e amavel dos homens, acrescentando: "Durante todo o tempo em que trabalhei para elle, por entre grandes crises, jamais o vi perder o controle. Certa feita, tudo quanto elle fez quando alguém o offendeu, foi dizer-lhe "meu caro amigo...". em um tom de voz que impressionou muito mais o offensor do que se se houvesse exaltado na replica."

Instada para que revelasse detalhes de como Mac Donald conseguiu evitar a guerra, declarou: "Tudo quanto posso dizer é que elle tinha uma paixão tão accentuada pela paz, que, penso, seria capaz de dar a vida por ella. Foi essa paixão pela paz que lhe permitiu impedir a guerra enquanto esteve no governo. Não me peca detalhes. Só lhe posso esclarecer, sem divulgar segredos de Estado, que, quando elle foi secretario do Foreign Office e primeiro ministro, contribuiu pessoalmente para evitar a guerra."

Revelou ainda que, por varias vezes, quando se achava fatigado, o sr. Mac Donald se referia a morte, dizendo não ser provavel que visse muito tempo. "mas, eu pensava que fosse apenas molliza de escocês", — (U. P.)

REGRESSA A LONDRES O FILHO DE MAC DONALD

LONDRES, 10 — Acaba de regressar a esta cidade, procedente de Bruxellas, o ministro dos Dominios, sr. Malcolm Mac Donald, devido ao fallecimento de seu pai, 6

rião que, em face da situação actual a retirada do Japão é inevitavel. Diz esse jornal que o ministro das Relações Exteriores examina, nessa intenção, a situação juridica afim de "libertar-se dos entraves do passado". O jornal, que é dos mais autorizados de Tokio, acredita que o Japão poderia denunciar o Pacto das Nove Potencias condemnar o Japão como aggressor ou por ter violado o tratado; se a Conferencia de Bruxellas terminasse sem resultado, o que provaria que o Pacto das Nove Potencias é inapplicavel e, finalmente, se Bruxellas rejeitasse a reivindicação nipponica da revisão do tratado, termina o "Tokio Nichi Nichi" dizendo que "esse tratado, por demais antigo, está destinado a explorar a fraqueza do Japão e excitar a opinião publica mundial contra os japonezes, como é bem claro nestes ultimos tempos." — (A. B.)

"A vida de Euclides da Cunha"

Esta marcada para o dia 18, às 17 horas, no Instituto Nacional de Musica, a conferencia que, sobre a vida de Euclides da Cunha, fará o prof. Venancio Filho. Essa conferencia, na serie de "Os nossos grandes mortos", promovida pelo ministro Gustavo Capanema, se integra, também, nas comemorações do centenário do Colégio Pedro II, de vez que o biographado foi professor naquella casa, onde actualmente lecciona a conferencia.

Nova tentativa da aviação italiana

Incontestemente é o surto progressista que, ultimamente, tem tido a aviação italiana. Após os toros colhidos no "raid" Trieste-Rio de Janeiro, novas glorias cobriram as azas italianas em sua revoadas a Nova York.

No momento, nova facanha está sendo projectada. O capitão Mario Stoppini, especialista em voos de longa distancia, pretende voar em uma so etapa de Trieste a nossa capital.

Nessa tentativa, o "Ari" italiano usará um "Cant Z. 506", accionado por tres motores de fabricação italiana e sera acompanhado por um mecanico e um piloto.

O TEMPO

PREVISÕES PARA O PERIODO DAS 11 HORAS DE HONTEM AS 18 HORAS DE HOJE

Distrito Federal e Niteroy — Tempo instavel com chuvas; trovoadas possiveis. Temperatura: em declinio. Ventos: do quadrante sul com rajadas bastante frescas.

Estado do Rio de Janeiro — Tempo instavel com chuvas; trovoadas possiveis. Temperatura: em declinio.

Estados do Sul — Tempo perturbado com chuvas até Sta. Catharina e perturbado-se-á com chuvas no Rio Grande; trovoadas até Sta. Catharina. Temperatura: em declinio. Ventos: do quadrante sul com rajadas de muito frescas a fortes.

O Instituto de Meteorologia do Rio de Janeiro, previne que o litoral entre o Rio da Prata e o extremo sul do Brasil está sujeito a ventos fortes e quadrante sul.

Previsões validas para o trajeto da estrada de rodagem Rio-S. Paulo das 18 horas de hontem às 18 horas de hoje.

Tempo perturbado com chuvas e trovoadas. Temperatura: em declinio. Ventos: do quadrante sul com rajadas bastante frescas.

DIARIO CARIOCA

EXPEDIENTE

Propriedade da S. A. DIARIO CARIOCA

DIRECTORES:

Borac de Carvalho Junior

J. B. Martins Guimarães

CHEFE DA REDACÇÃO:

Danton Jobim

SECRETARIO DA REDACÇÃO:

Djalma Maciel

Endereço telegraphico: DIARIO CARIOCA

Telephones: Gabinete do Director 22-3023

Administracão 22-3035 — Redacção 22-1339 e 22-2922 — Officinas 22-0824 — Assinaturas 22-3018 — Gravura 22-1785

PUBLICIDADE, 22-3018

ASSIGNATURAS

Para o Brasil: Para o exterior:

Anno . . . 50\$000 Anno . . . 80\$000

Semestre . . . 30\$000 Semestre . . . 45\$000

Venda avulsa: Capital, \$200; interior, \$300

Ans domingos \$200 — interior \$300

E' cobrador autorizado o sr. J. L. de Carvalho

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia com valor ou sobre assumptos que entendam com assignaturas e outros de interesse da administracão deve ser dirigida ao gerente do DIARIO CARIOCA

INSPECTORES VIAJANTES

Precorrem o interior do país a serviço desta folha os srs. Romualdo Ferraz e Muriello Macedo nossos inspectores autorizados

SUCCURSAL EM VICTORIA

Rua Duque de Caxias 30

Rep. Manoel Machado

SUCCURSAL EM BELLO HORIZONTE

Rua Carlos, 108 — "Praça 71" — Sala 1

Home 2172

Director: OSWALDO NEVES MASSOTE

Nova Constituição

(Continuação da 4.ª página).

DO CONSELHO FEDERAL.
Art. 50. — O Conselho Federal compõe-se de representantes dos Estados e dos membros nomeados pelo presidente da República. A duração do mandato é de seis anos.

Parágrafo único. — Cada Estado, pela sua Assembleia Legislativa, elega um representante. O governador do Estado terá o direito de veto ou nomeação ao Conselho. Em caso de veto, o nome vetado não se terá por escolhido definitivamente, sendo a eleição por dois terços de votos da totalidade dos membros da Assembleia.

Art. 51. — São membros do Conselho Federal os brasileiros natos maiores de 35 anos, alistados eleitores e que hajam exercido, por espaço não menor de quatro anos, cargo de governo na União ou nos Estados.

Art. 52. — A nomeação feita pelo presidente da República só pode recair em brasileiro nato, maior de trinta e cinco anos e que se haja distinguido por sua actividade em algum dos ramos da produção ou da cultura nacional.

Art. 53. — Ao Conselho Federal cabe legislar para o Distrito Federal e para os Territórios, no que se referir aos interesses peculiares dos mesmos.

Art. 54. — Toda iniciativa do Conselho Federal a discussão e votação dos projectos de lei sobre:

- a) — tratados e convenções internacionais;
- b) — comércio internacional;
- c) — inter-estadual;
- d) — regime de portos e navegação de cabotagem;

Art. 55. — Compete ainda ao Conselho Federal:

- a) — aprovar as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas dos representantes diplomáticos, exceto os enviados em missão extraordinária;
- b) — aprovar os acordos concluídos entre os Estados.

Art. 56. — O Conselho Federal será presidido por um Ministro de Estado, designado pelo presidente da República.

DO CONSELHO DA ECONOMIA NACIONAL.
Art. 57. — O Conselho da Economia Nacional compõe-se de representantes dos vários ramos da produção nacional designados, dentre pessoas qualificadas pela sua competência, especializadas nas actividades profissionais ou sindicais reconhecidas em lei, garantida a igualdade de representação entre empregadores e empregados.

Parágrafo único. — O Conselho da Economia Nacional se dividirá em cinco secções:

- a) — secção de indústria e do artesanato;
- b) — secção da agricultura;
- c) — secção do comércio;
- d) — secção dos transportes;
- e) — secção do crédito.

Art. 58. — A designação dos representantes das associações ou sindicatos é feita pelos respectivos órgãos colegiais deliberativos de grau superior.

Art. 59. — A presidência do Conselho da Economia Nacional caberá a um Ministro de Estado, designado pelo presidente da República.

Art. 60. — Cabe, finalmente, ao presidente da República designar dentre pessoas qualificadas pela sua competência especial, até três membros para cada uma das secções do Conselho da Economia Nacional.

Art. 61. — Das reuniões das várias secções, órgãos, comissões ou Assembleias Gerais do Conselho poderão participar, sem direito a voto, mediante autorização do presidente da República, os Ministros, Directores de Ministério e representantes de governos estrangeiros; igualmente poderão participar, sem direito a voto, membros de associações de categoria compreendida em algum dos ramos da produção nacional, quando se trate do seu especial interesse.

Art. 62. — O Conselho da Economia Nacional organizará os seus trabalhos permanentemente, podendo, ainda, constituir o auxílio de especialistas para estudo de determinadas questões sujeitas a seu parecer ou inquirições recomendadas pelo governo ou necessários ao preparo de projectos de sua iniciativa.

Art. 63. — São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

- a) — promover a organização corporativa da economia nacional;
- b) — estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas Associações, sindicatos ou institutos;
- c) — editar normas regulamentares dos contratos colectivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias;
- d) — emitir parecer sobre todos os projectos de iniciativa do Governo ou de qualquer das Camaras, que interessam directamente à produção nacional;
- e) — organizar, por iniciativa

própria ou proposta do Governo, inquirições sobre as condições do trabalho da agricultura, da indústria, do comércio dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional;

f) — preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas, visando a diversidade das condições económicas, geográficas e sociais do País, tendo por objecto:

- I — ração, uso e organização da administração da agricultura e da indústria;
- II — estudo dos problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho;
- III — emitir parecer sobre todas as questões relativas à organização e reconhecimento dos sindicatos ou associações profissionais;
- IV — propor ao Governo a criação de corporações de categoria.

Art. 64. — As normas, a que se referem as letras B e C do artigo antecedente, só se tornarão obrigatórias mediante aprovação do presidente da República.

Art. 65. — A todo tempo podem ser conferidos ao Conselho da Economia Nacional, mediante plebiscito a regular-se em lei, poderes de legislação sobre algumas ou todas as matérias de sua competência.

Parágrafo único. — A iniciativa do plebiscito caberá ao presidente da República, que especificará no decreto respectivo as condições em que a iniciativa sobre as matérias de competência do Conselho da Economia Nacional exercerá poderes de legislação.

DAS LEIS E DAS RESOLUÇÕES.
Art. 66. — A iniciativa dos projectos de lei cabe, em primeiro lugar, ao Governo. Em todo caso, não serão admitidos como objecto de deliberação projectos ou emendas de iniciativa de qualquer das Camaras, desde que versem sobre matéria tributária ou que de sua natureza resulte aumento de despesa.

Art. 67. — A nenhum membro de qualquer das Camaras caberá a iniciativa de projectos de lei. A iniciativa só poderá ser tomada por um terço de Deputados ou de membros do Conselho Federal.

Art. 68. — Qualquer projecto iniciado em uma das Camaras terá suspensão o seu andamento, desde que o Governo comunique o seu propósito de apresentar projecto que regule o mesmo assunto. Se dentro de trinta dias não chegar a Camara, a que foi feita essa comunicação, o projecto do Governo voltará a constituir objecto de deliberação o iniciado no Parlamento.

Art. 69. — Todos os projectos de lei que interessarem à economia nacional em qualquer dos seus ramos, antes de serem sujeitos à deliberação do Parlamento, serão remetidos à consulta do Conselho da Economia Nacional.

Parágrafo único. — Os projectos de iniciativa do Governo, obtido parecer favorável do Conselho da Economia Nacional, serão submetidos a uma discussão em cada uma das Camaras. A Camara a que forem sujeitos limitará-se a aceitar ou rejeitar. Antes da deliberação da Camara Legislativa, o Governo poderá retirar os projectos ou emendas, ouvido novamente o Conselho da Economia Nacional, se as modificações importarem alteração substancial dos mesmos.

Art. 70. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 71. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 72. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 73. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 74. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 75. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 76. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 77. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 78. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) — a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;
- b) — a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o deficit.

Art. 79. — A Camara dos Deputados dispõe do prazo de sessenta e cinco dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Governo; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de vinte e cinco dias, a contar da entrega do orçamento à Camara dos Deputados. O prazo para a Camara dos Deputados prorrogar-se-á, se o Conselho Federal, no prazo de quinze dias, contados a partir da entrega do orçamento ao Conselho Federal, não deliberar sobre o mesmo.

Art. 80. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 81. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 82. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 83. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 84. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 85. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 86. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 87. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 88. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) — a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;
- b) — a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o deficit.

Art. 89. — A Camara dos Deputados dispõe do prazo de sessenta e cinco dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Governo; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de vinte e cinco dias, a contar da entrega do orçamento à Camara dos Deputados. O prazo para a Camara dos Deputados prorrogar-se-á, se o Conselho Federal, no prazo de quinze dias, contados a partir da entrega do orçamento ao Conselho Federal, não deliberar sobre o mesmo.

Art. 90. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 91. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 92. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 93. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 94. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 95. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 96. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 97. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 98. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) — a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;
- b) — a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o deficit.

Art. 99. — A Camara dos Deputados dispõe do prazo de sessenta e cinco dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Governo; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de vinte e cinco dias, a contar da entrega do orçamento à Camara dos Deputados. O prazo para a Camara dos Deputados prorrogar-se-á, se o Conselho Federal, no prazo de quinze dias, contados a partir da entrega do orçamento ao Conselho Federal, não deliberar sobre o mesmo.

Art. 100. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 101. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 102. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 103. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 104. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 105. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 106. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 107. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 108. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) — a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;
- b) — a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o deficit.

Art. 109. — A Camara dos Deputados dispõe do prazo de sessenta e cinco dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Governo; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de vinte e cinco dias, a contar da entrega do orçamento à Camara dos Deputados. O prazo para a Camara dos Deputados prorrogar-se-á, se o Conselho Federal, no prazo de quinze dias, contados a partir da entrega do orçamento ao Conselho Federal, não deliberar sobre o mesmo.

Art. 110. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 111. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 112. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 113. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 114. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 115. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 116. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 117. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 118. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) — a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;
- b) — a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o deficit.

Art. 119. — A Camara dos Deputados dispõe do prazo de sessenta e cinco dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Governo; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de vinte e cinco dias, a contar da entrega do orçamento à Camara dos Deputados. O prazo para a Camara dos Deputados prorrogar-se-á, se o Conselho Federal, no prazo de quinze dias, contados a partir da entrega do orçamento ao Conselho Federal, não deliberar sobre o mesmo.

Art. 120. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 121. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 122. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 123. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 124. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 125. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 126. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 127. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 128. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) — a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação de receita;
- b) — a aplicação do saldo ou o modo de cobrir o deficit.

Art. 129. — A Camara dos Deputados dispõe do prazo de sessenta e cinco dias para votar o orçamento, a partir do dia em que receber a proposta do Governo; o Conselho Federal, para o mesmo fim, do prazo de vinte e cinco dias, a contar da entrega do orçamento à Camara dos Deputados. O prazo para a Camara dos Deputados prorrogar-se-á, se o Conselho Federal, no prazo de quinze dias, contados a partir da entrega do orçamento ao Conselho Federal, não deliberar sobre o mesmo.

Art. 130. — O projecto de lei, adoptado numa das Camaras, será submetido à outra; e esta se aprovar, enviará-o ao presidente da República que, acatando-o, o sancionará e promulgará.

Art. 131. — Quando o presidente da República julgar um projecto de lei, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetará-o total ou parcialmente, dentro de trinta dias úteis, a contar da data em que o houver recebido, devolvendo, nesse prazo e com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada à Camara onde ele se houver iniciado.

Art. 132. — O decurso do prazo de trinta dias, sem que o presidente da República se haja manifestado, importa sanção.

Art. 133. — Devolvido o projecto à Camara iniciadora, esta sujeitar-se-á a uma discussão e votação nominal, considerando-se aprovado, se obtiver dois terços dos sufrágios presentes. Neste caso, o projecto será remetido à outra Camara, que, se o aprovar, o fará publicar como lei no jornal oficial.

DA ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA.
Art. 134. — Haverá, junto à presidência da República, uma comissão de trabalho, denominada "Comissão de Trabalho", composta de membros de todas as Camaras, com o fim de estudar, de acordo com o plano de trabalho, as necessidades de recursos e de meios para a execução dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) — organizar anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Camara dos Deputados;

c) — fiscalizar, por delegação do presidente da República, e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

Art. 135. — O orçamento será um, incorporando-se obrigatoriamente a receita todos os tributos, rendas e supprimentos de fundos, incluídas na despesa todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

Art. 136. — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á por serviço, departamento, estabelecimento ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 137. — Por ocasião de formular a proposta orçamentária, o Departamento Administrativo organizará, para cada serviço, departamento, estabelecimento, ou repartição, o quadro da discriminação ou especialização, por item, da despesa que cada um deles é autorizado a realizar. Os quadros em questão dos Deputados juntamente com a proposta orçamentária, a título informativo, serão submetidos ao Conselho da Economia Nacional, para a sua apreciação.

Art. 138. — A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à receita, prevista e a despesa fixada para os serviços anteriormente criados, excluídos de tal proibição:

- a) —

Não Ha Qualquer Possibilidade de Transferencia!

A Quadra do Boqueirão Será Mantida Para a «Melhor de Tres» Entre Riachuelo e Botafogo

A decisão do Campeonato Carioca de Basketball da L. C. B. vem despertando desusado interesse nos meios sportivos, em face de reunir dois líderes de comprovado valor, como sejam o Botafogo de Regatas e Riachuelo T. C.

A L. C. B. em ultima reunião de sua directoria designou as datas de 17, 19 e 23 do corrente para a realização dos jogos, assim como a quadra do Boqueirão para palco dessas pelepas. Se as datas marcadas foram aceitas pelos interessados, tal não succedeu com o campo, dado a ter os dois ponteiros pleiteado em officio, a mudança dessa quadra para o gymnasium do Fluminense.

A L. C. B. tomando conhecimento do desejo dos líderes, fez ver a impossibilidade da transferencia de campo, dado a preliminar reunir as equipes do America e Fluminense, o que não se poderá dar no gymnasium tricolor, por ser obrigatorio campo neutro para a decisão de «melhor de tres».

Assim sendo, apesar do pedido dos dois clubs interessados, a primeira decisão da L. C. B. ficou confirmada, sendo mantida a escolha da quadra do Boqueirão para os jogos decisivos do certame.

REIS CARNEIRO FALOU

Consultado o presidente da L. C. B. este nos assegurou a impossibilidade de transferencia, quaesquer que sejam os motivos allegados para tal pretensão.

A Portuguesa Vae Iniciar a Sua Campanha

O PRESIDENTE DOS «LUSOS» FOCALIZA AS DERROTAS ESMAGADORAS E A ACQUISICÃO DE FLAVIO



O presidente da A. A. Portuguesa, sr. Manoel da R. Pereira

Com dois reveses de 2 a 1 e outro de 3 a 1, a Portuguesa assignalou as suas ultimas exhibicoes no campeonato carioca.

Após as performances cumpridas de tuitio, não poderiam ser mais surpreendentes tais resultados.

Não se sabia a que attribuir os placards trágicos; as condições eram as mesmas como no inicio do certame regional.

Quem responderia, pois, pelos fracassos?

A REUNIAO

Reuniu-se a directoria do gremio da rua Aere, para tomar medidas energicas, as com varios planos promptos para execução.

A resposta veio da direcção tecnica: não havia preparo do team para enfrentar uma campanha tão exhaustiva.

FALTA O SR. ROCHA PEREIRA

E assim contou-se de adquirir um tecnico profissional, que já constava nos planos de emergencia elaborados, conforme teve oportunidade de nos dizer o sr. Manoel da Rocha Pereira, presidente da A. A. Portuguesa.

Dissuadido o competido sportman, historiando a acquisicao de Flavio.

Em poucos entendimentos resolvidos o caso a Flavio vae orientar a nossa equipe.

UMA CAMPANHA DE REHABILITACAO

— Resoluiu-se, assim, um problema que nos acarretava pessimas consequencias. O team possui bons elementos e o trabalho de Flavio sera coordenar essas forcas. Vamos iniciar uma campanha nova. Domingo o São Christovão terá pela frente um «onze» revigorado e talvez até o fim do retorno a Portuguesa tenha readquirido o prestigio que tanto a elevou em 1936.

O dedicado presidente alludia aos empates com o America, Fluminense e Fluminense.

Embarcou o dr. Alvaro Prata

O PAREDEIRO TRICOLOR VAE A PORTO ALEGRE EM MISSAO SPORTIVA

Com destino ao Rio Grande do Sul, seguiu hontem a bordo do «Aracanguá», o dr. Alvaro Prata, presidente do Fluminense F. C.

A viagem do parediro tricolor, conforme informacoes colhidas pelo DIARIO CARIOCA, e para solucionar o melhor modo possivel, o facto estabelecido entre o Fluminense, Fluminense e America com o Internacional e o Gremio Porto Alegre para a realizacao de uma serie de jogos.

Na capital gaucha, o sr. Alvaro Prata se entendera com os dirigentes do gremio local afim de resolverem da melhor maneira a vinda deste club gaucha ao Rio.

O campeonato carioca

A TABELLA DO RETORNO DEZEMBRO:

Dia 3: São Christovão x Flamengo
Andarahy x Portuguesa.
Dia 4: Fluminense x Madureira.
Dia 5: Bangu x Bonsucesso.
Vasco x Botafogo.
Olaria x America.
Dia 6: Andarahy x Flamengo.
Dia 7: America x Botafogo.
Bonsucesso x Fluminense.
Portuguesa x Olaria.
Dia 11: Flamengo x Vasco.
Dia 12: Madureira x S. Christovão.
America x Bangu.
Botafogo x Andarahy.
Olaria x Fluminense.
Dia 16: Portuguesa x Madureira.
S. Christovão x Bonsucesso.
Vasco x Bangu.
Fluminense x Andarahy.
Dia 18: Flamengo x America.
Dia 19: Botafogo x São Christovão.
Madureira x Vasco.
Bonsucesso x Olaria.
Bangu x Portuguesa.
Dia 23: Madureira x Botafogo.
Portuguesa x Fluminense.
NATAL:

JANEIRO:

Dia 1: Vasco x Bonsucesso.
S. Christovão x America.
Andarahy x Bangu.
Olaria x Flamengo.
Dia 30: Botafogo x Portuguesa.
Flamengo x Madureira.
Bangu x Olaria.
Bonsucesso x Andarahy.
JANEIRO:

Dia 1: Fluminense x S. Christovão.
Dia 2: America x Vasco.
Flamengo x Bonsucesso.
Olaria x Botafogo.

Dia 6: Fluminense x Bangu.
Madureira x America.
S. Christovão x Andarahy.

Dia 9: Botafogo x Flamengo.
Bonsucesso x Madureira.
Bangu x São Christovão.
Portuguesa x Vasco.

Dia 13: Vasco x Fluminense.
Portuguesa x America.

Dia 16: Andarahy x Olaria.
Bonsucesso x America.
S. Christovão x Portuguesa.
Flamengo x Bangu.

Dia 20: Fluminense x Botafogo.
Vasco x Olaria.
Madureira x Andarahy.

Dia 23: Andarahy x Vasco.
Olaria x São Christovão.
Portuguesa x Flamengo.
Botafogo x Bonsucesso.

Dia 25: America x Fluminense.
Bangu x Madureira.

Dia 28: Vasco da Gama x São Christovão.
Bonsucesso x Portuguesa.

Dia 30: Flamengo x Fluminense.
Botafogo x Bangu.
America x Andarahy.
Madureira x Olaria.

Kruschner Cedeu a Direcção Technica do Flamengo ao Famoso Leonidas!

O tempo se apagando pouco a pouco a leguista que amou a lenda Kruschner, o tecnico luso-garo do Flamengo.



Leonidas, o «famoso» treinador do Flamengo (2) com o Olaria, o Bonsucesso e o Botafogo

foram de molde a causar espanto. Procurando scientificar-se do que de verdadeiro havia, nossa reportagem apurou que fora definitivamente assentada a retirada de Kruschner. Leonidas que já capitaneava o «onze» rubro-negro, assumiu a direcção tecnica do quadro. Todos os treinos de conjunto do Flamengo segundo conseguimos apurar com os proprios jogadores, obedecem a orientação de Leonidas. Kruschner foi relegado a posição de professor de gymnastica, do que dizem que elle entende. Leonidas é o homem que escala o quadro, e é por isso que, pela primeira vez, o ataque appareceu bem constituido, com o aproveitamento de Waldemar. Ao que parece, a sensacional celeuma que ha meses empolga a vida interna do Flamengo inclina-se para novos rumos, francamente desfavoraveis ao tecnico estrangeiro. Já é um grande passo transformalo de tecnico-chefe em simples professor de gymnastica. A «torcida» do Flamengo não esconde a sua satisfação pelo que se está verificando na alta administração do club.

Ultimas do Bola ao Cesto...

A secretaria da L. C. B. em sua ultima reunião reuniu a direcção do campeonato carioca de basketball.

O S. C. Mackenzie foi o vencedor do certame, fazendo 10 a 0 no campeonato, conquistado pela performance descomulgada, como também pelo brilhantismo com que se portaram todos os seus defensores.

For a seguinte a collocação dos conceyos por pontos ganhos no final do torneio:

1º lugar: C. Mackenzie — 5 victorias.

2º lugar: A. Portuguesa — 4 pontos.

3º lugar: America F. C. — 2 pontos.

4º lugar: Club dos Allados — 1 ponto.

OS CAMPEOS DO TORNEIO COMPLEMENTAR

E' a seguinte a relação de basketball que se sacralizaram campeos por S. C. Mackenzie: Adalberto Villas Boas, Adalberto Villas Boas, Eriço Pacheco Filho, José Torres, Lourenço Vianna, Octavio M. Fernandes, Newton da Silva, Barbosa e Spartacus Lopes.

O RIACHUELO PROCLAMADO CAMPEO DO II CAMPEONATO DA 3ª DIVISAO (JUVENIS)

Após encetar uma campanha brilhantissima a equipe junior de basketball do Riachuelo T. C. viu coroado todos os seus esforços, dado a ter conquistado o titulo maximo do certame regional patrocinado pela L. C. B.

São os seguintes os jogadores riachuelenses: Adhemar, Manoel, Adolpho Rodrigues, Amaro, Paulo, Chico, João, Almirante, Celso, de Silva, Flávio, Peloso, Torres, Paulo, Chico, Orlando, e outros.

Contatando os resultados dos jogos, foi a seguinte a classificação final dos competidores:

Riachuelo T. C. Club — 1º lugar com 12 pontos ganhos.

Troica T. C. Club — 2º lugar com 10 pontos ganhos.

Club dos Allados — 3º lugar com 8 pontos ganhos.

C. B. Bonificação do P. Seta — 4º lugar com 7 pontos ganhos.

C. B. do Flamengo — 5º lugar com 6 pontos ganhos.

As Irmãs Paranhos não irão a Bello Horizonte

Para a inauguração da piscina do Minas T. C.



Nenita Paranhos a nequeira nadadora do Vera-Cruz e nova grande promessa

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

As irmãs Paranhos, que hontem chegaram a esta cidade, não irão a Bello Horizonte para a inauguração da piscina do Minas T. C.

TURF

A reunião de domingo

PROGRAMA E COTAÇÕES
1.ª carreira — Premio "Levitação" — 1.500 metros — Reais 4.000\$000.

1. Estrelita... 54 25
2. Uraca... 56 40
3. Zani... 54 35
4. Picolino... 56 50
5. Fulinho... 56 40
6. Tandy... 54 10
7. Observador... 56 40
8. Casanova... 56 30
9. Aedo... 56 30
2.ª carreira — Premio "Valcú" — 1.400 metros — Reais 10.000\$000.

1. Afortunado... 55 30
2. Jangau... 55 50
3. Smoky... 55 40
4. Bratna... 53 10
5. Quincea Borba... 55 36
6. Brincadeira... 53 60
7. Solimões... 55 10
8. Miscelânea... 53 53
9. Paragay... 55 35
3.ª carreira — Premio "Ufa-ro" — 1.500 metros — 8.000\$000.

1. Gandala... 53 10
2. Mignon... 53 55
3. Oustipun... 55 30
4. Mondesir... 55 50
5. Sugador... 55 10
4.ª carreira — Premio "Ná-vier" — 1.500 metros — 1.000\$000.

1. Canino... 50 40
2. Ogarita... 45 50
3. Nótula... 51 30
4. Enio... 54 10
5. Yora... 57 60
6. Lord Black... 55 50
7. Caracapa... 51 40
8. Mineral... 42 35
9. Comodoro... 50 50
5.ª carreira — Premio "Clas-sio" — 1.500 metros — 15.000\$000.

1. Buri... 50 55
2. Doyatanga... 48 30
3. Grato... 50 60
4. Tapir... 50 50
5. Teca... 51 16
6. Kadara... 53 16
7.ª carreira — Premio "Falcão" — 1.500 metros — 4.000\$000.

1. Retling... 50 50
2. Bill... 50 50
3. Cobre... 52 40
4. Natal... 56 35
5. Daphal... 52 10
6. Belgrano... 50 50
7. Fleur d'Amour... 54 60
8. Triste Vida... 58 10
9.ª carreira — Premio "Choo-rio" — 1.500 metros — 1.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Exeret... 58 25
3. Domínio... 49 30
4. Perleza... 49 45
5. Bracetea... 49 50
6. Carassu... 50 50
7. Murmurio... 48 60
8.ª carreira — Premio "Gupit" — 1.500 metros — 10.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Lolo... 58 50
3. Passos Larios... 54 50
4. Azene... 58 55
5. Timoteo... 56 40
6. Ubiara... 52 10
7.ª carreira — Premio "Luz" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Betling... 50 40
2. Star Light... 62 50
3. Alubia... 50 50
4. Carioea... 50 50
5. Miss Praia... 50 50
6. Chief Guide... 52 50
7. Coeur d'Or... 53 50
8. Hockeridge... 52 50
9.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

A desclassificação de Relinga em São Paulo

O mundo turfista da Pauliceia não está ainda refilto do esturpo provocado pela decisão que modificou o desfecho do Clássico "Diana" realizado domingo último no Hipódromo da Mooca.

Segundo a descrição das principais folhas turfistas da Pauliceia, Relinga sobrepunha Malfa evidenciando nitida superioridade sobre a adversária, que terminou completamente esgotada. Como, entretanto, na recta de chegada, ambas se recusavam ligeiramente ao correr em sentido contrário, isto é, Malfa para dentro e Relinga para fora, a Comissão resolveu, abrandando de todos os dietames do bom senso, passar Relinga para o segundo posto.

Pelas descrições que passaremos abaixo a transcrever, poderão verificar os nossos leitores o desacerdo, flagrante da medida.

Do "Estado de São Paulo": "Desde a saída, Malfa tomou a ponta, seguida de Relinga e Saphinha. A filha de Testaferrro desgarrou na curva do esquilamento, dando passagem a Saphinha e Relinga. Na entrada da recta oposta a crutula do Haras "Milano" collocou-se ao lado da filha de Sapho. As duas equas correram empenhadas até a entrada da recta final, ponto em que Saphinha ficou, sendo substituída por Relinga. Esta empurrou com Malfa que, desgarrando sempre, se atirou para o lado da sua pilotada. Assim mesmo Relinga conseguiu vencer, porém a comissão de correias, inexplicavelmente, desclassificou a filha de Corolla."

Da "Folha da Manhã": "Levantada a fita, no Clássico "Diana", Malfa destacou-se em poucos instantes, do lote, seguida por Saphinha. A noel defensora das cores do sr. Alberto J. da Motta desgarrou, no entanto, bastante, na curva do "paddock", dando entrada a Saphinha e Relinga, por dentro. Terminada a recta da rua Tiquary, todavia, Malfa já passava por Relinga, e collocava-se ao lado de Saphinha. Toda a recta da estrada de ferro foi percorrida pelas filhas de Tolidad e Testaferrro, lado a lado. Na altura dos 2.000 metros, Saphinha retrocedia e Malfa era energeticamente atacada por Relinga, que, até então, se mantivera commodamente, em terceiro. Já na curva, o donatário da filha de Coronel Eugênio era evidente e Malfa entrava na recta, tocada, com muito menor acção, desgarrando, como na passagem pela curva do "paddock". E, como Leijon, com Relinga, tivesse rebeldia um tanto para dentro, os dois animais se tocaram muito ligeiramente, num movimento de corrida, que em nada alterou seu resultado, atingindo de Relinga o disco na principal posição, ainda firme, precedendo uma Malfa completamente esgotada.

Todavia, a Comissão de Corridas mandou bater imediatamente o sino e, após muita demora, resolveu conceder a vitória a Malfa, que passa, assim, de uma maneira muito imbecil e completamente desclassificada, para a relação dos vencedores do tradicional Clássico "Diana".

Houve mesmo um diário que citasse, poucas ovelhas no hipódromo, algumas acerbias como esta: "Vamos jogar agora em Galles. E' do sr. Alberto José da Motta e vai com Armando Rosa. Se não ganhar, toca o sino."

Não precisamos dizer que Galles também defende a jaqueta de Malfa.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Jockey Club Brasileiro

A Comissão de Corridas em reunião de hontem dellhorou anotar nas folhas de assentamentos dos tratadores Fernando Schneider e Mario de Almeida, a diversidade de performance dos seus pensionistas Carlo Real e Enio.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Por outro lado, contase também que alastrado "elevar" paulista, proclamação alto e bom som na tribuna dos socios, depois de divulgada a medida do commissariado que a decisão, afinal, estava certa, pois o stud Paula Machado tem ganho muito ultimamente.

Egua base		Família n. 36		Gerada 22	
1	22	5	22	St. Simon	11
2	St. Frusquin	Isabel	22	Isabel	22
3	Wolf's Cry	Wolf's brag	15	Wolf's brag	15
4	Diamond Jubilee	Stourfield	5	St. Simon	11
5	Melilla	Perdita	11	Hampton	10
6	Cicero	Neapolis	1	Hermione	7
7	Grosvenor	Morena	3	Springfield	12
8	Kadine	Cylene	9	Napoli	1
9	Princess	Gas	1	Saumur	5
10	Ikbal	Perseimon	7	Mendiga	3
11		Ornament	16	Bona Vista	4
12		Bend Or	1	Arcaia	9
13		Tiger Lily	16	Ayrshire	8
14		Wolf's brag	15	Illuminata	1
15		Sakkarah	20	St. Simon	11
16				Perdita II	7
17				Bend Or	1
18				Lily Agnes	16
19				Doncaster	5
20				Rouge Rose	1
21				Macaroni	14
22				Polly Agnes	16
23				Baraldine	23
24				Lucy Ashton	15
25				Pioneer	19
26				Amaranth	20

O meeting de 2.ª feira

PROGRAMA E COTAÇÕES

1.ª carreira — Premio "Arlette" — 1.400 metros — 4.000\$000.

1. Atuman... 54 34
2. Industrial... 53 33
3. Solitana... 58 58
4. Domitilla... 52 52
5. Corodaa... 54 54
6. Lehengrin... 54 54
2.ª carreira — Premio "La Sonkina" — 1.600 metros — 4.000\$000.

1. Sommet... 52 52
2. Mangó... 52 52
3. Tarjador... 58 58
4. Grey Don... 48 48
5. Tia King... 55 55
6. Zug... 51 51
3.ª carreira — Premio "Gimone" — 1.400 metros — 10.000\$000.

1. Nickel... 55 55
2. Quilite... 55 55
3. Suesury... 53 53
4. Castella... 53 53
5. Quilata... 53 53
6. Myrna... 53 53
4.ª carreira — Premio "Hocquendo" — 1.500 metros — 4.000\$000.

1. Realengo... 52 52
2. Iransuinho... 50 50
3. Uiu... 50 50
4. Chioete... 46 46
5. Canto Real... 52 52
6. Salvaresan... 55 55
7. Auditor... 58 58
8. Clipper... 53 53
9. Miroro... 56 56
10. Disthenio... 53 53
5.ª carreira — Premio "Clas-sio Perreira Lage" — 2.000 metros — 12.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

1. Star Light... 62 50
2. Alubia... 50 50
3. Carioea... 50 50
4. Miss Praia... 50 50
5. Chief Guide... 52 50
6. Coeur d'Or... 53 50
7. Hockeridge... 52 50
6.ª carreira — Premio "Little One" — 1.500 metros — 5.000\$000.

Associação de Chronistas Desportivos

CONCURSOS DE PALPITES — TURF

Com os resultados das corridas realizadas domingo, ultimo, ficou sendo a seguinte a classificação dos concorrentes inscriptos nos concursos abaixo:

Taca "Olivar Costa"
1. A. Bastos... 89-134
2. A. Corréa... 82-132
3. Honório Campista... 82-132
4. Corréa Locks... 77-125
5. Manfredo Liberal... 84-125
6. João P. Caldas... 78-121
7. Eduardo Motta... 75-120
8. Gerson Cordeiro... 75-119
9. Oscar Medeiros... 68-116
10. Alcântara Gomes... 68-110
11. Oscar de Carvalho... 68-108
12. Jorge Maia... 68-108
13. Manoel Barbosa... 70-106
14. Arnaldo Vasconcellos... 68-106
15. Nestor C. Pereira... 65-106
16. José Paiva Prudente... 68-103
17. J. L. Costa Pereira... 62-100
18. Alberto Frões... 52-79
19. Manoel Miró... 51-78
Record de pontos: 207\$600 — Corréa Locks.
De duplas: 1.046\$000 — Manoel Miró.

Taca "A Noite"
1. A. Bastos... 122
2. A. Corréa... 111
3. Honório Campista... 111
4. Manfredo Liberal... 106
5. Corréa Locks... 106
6. João P. Caldas... 102
7. Eduardo Motta... 101
8. Oscar Medeiros... 101
9. Jorge Maia... 99
10. Gerson Cordeiro... 97
11. Oscar de Carvalho... 94
12. Manoel Barbosa... 94
13. Arnaldo Vasconcellos... 93
14. Alcântara Gomes... 92
15. José Paiva Prudente... 90
16. Nestor C. Pereira... 89
17. J. L. Costa Pereira... 86
18. Manoel Miró... 78
19. Alberto Frões... 76

Taca "A Noite"
1. A. Bastos... 122
2. A. Corréa... 111
3. Honório Campista... 111
4. Manfredo Liberal... 106
5. Corréa Locks... 106
6. João P. Caldas... 102
7. Eduardo Motta... 101
8. Oscar Medeiros... 101
9. Jorge Maia... 99
10. Gerson Cordeiro... 97
11. Oscar de Carvalho... 94
12. Manoel Barbosa... 94
13. Arnaldo Vasconcellos... 93
14. Alcântara Gomes... 92
15. José Paiva Prudente... 90
16. Nestor C. Pereira... 89
17. J. L. Costa Pereira... 86
18. Manoel Miró... 78
19. Alberto Frões... 76

Taca "A Noite"
1. A. Bastos... 122
2. A. Corréa... 111
3. Honório Campista... 111
4. Manfredo Liberal... 106
5. Corréa Locks... 106
6. João P. Caldas... 102
7. Eduardo Motta... 101
8. Oscar Medeiros... 101
9. Jorge Maia... 99
10. Gerson Cordeiro... 97
11. Oscar de Carvalho... 94
12. Manoel Barbosa... 94
13. Arnaldo Vasconcellos... 93
14. Alcântara Gomes... 92
15. José Paiva Prudente... 90
16. Nestor C. Pereira... 89
17. J. L. Costa Pereira... 86
18. Manoel Miró... 78
19. Alberto Frões... 76

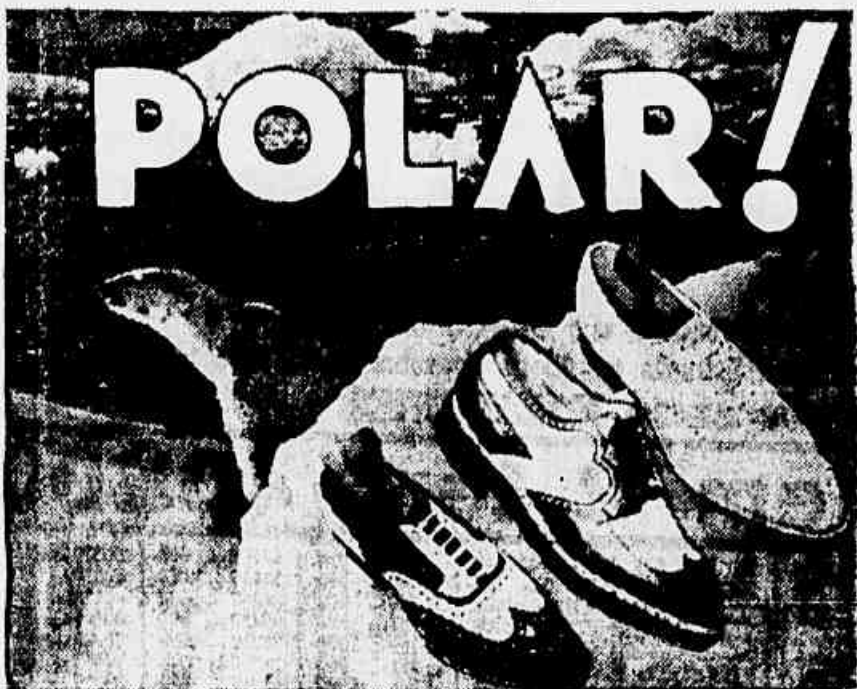
Taca "A Noite"
1. A. Bastos... 122
2. A. Corréa... 111
3. Honório Campista... 111
4. Manfredo Liberal... 106
5. Corréa Locks... 106
6. João P. Caldas... 102
7. Eduardo Motta... 101
8. Oscar Medeiros... 101
9. Jorge Maia... 99
10. Gerson Cordeiro... 97
11. Oscar de Carvalho... 94
12. Manoel Barbosa... 94
13. Arnaldo Vasconcellos... 93
14. Alcântara Gomes... 92
15. José Paiva Prudente... 90
16. Nestor C. Pereira... 89
17. J. L. Costa Pereira... 86
18. Manoel Miró... 78
19. Alberto Frões... 76

Taca "A Noite"
1. A. Bastos... 122
2. A. Corréa... 111
3. Honório Campista... 111
4. Manfredo Liberal... 106
5. Corréa Locks... 106
6. João P. Caldas... 102
7. Eduardo Motta... 101
8. Oscar Medeiros... 101
9. Jorge Maia... 99
10. Gerson Cordeiro... 97
11. Oscar de Carvalho... 94
12. Manoel Barbosa... 94
13. Arnaldo Vasconcellos... 93
14. Alcântara Gomes... 92
15. José Paiva Prudente... 90
16. Nestor C. Pereira... 89
17. J. L. Costa Pereira... 86
18. Manoel Miró... 78
19. Alberto Frões... 76

Taca "A Noite"
1. A. Bastos... 122
2. A. Corréa... 111
3. Honório Campista... 111
4. Manfredo Liberal... 106
5. Corréa Locks... 106
6. João P. Caldas... 102
7. Eduardo Motta... 101
8. Oscar Medeiros... 101
9. Jorge Maia... 99
10. Gerson Cordeiro... 97
11. Oscar de Carvalho... 94
12. Manoel Barbosa... 94

E' bom porque e' POLAR!

Novidades
Para
Verão



LOJAS CALÇADO POLAR
AV. RIO BRANCO, 131

SOCIAES

ANNIVERSARIOS

Fazem annos hoje:

As senhoras — Raul Ferreira Serpa, Julieta Zagari Lúcio, Augusto Moniz e Roberto Lúcio; as senhorinhas Baby Ray Barboza; o ex-senador Arnaldo Aguiar; o dr. Roberto Lima da Fonseca; a interessante Lygia, filha do dr. Pereira Vianna; a galante Maria Rosa, filha do casal Alberto Torres Filho e sr. Evangelina de Castro Rabello.

Transcorreu o aniversário natalício da sr. Maria Eugénia Pass Barreto.

Passa hoje o aniversário natalício da menina Hebe Paulon.

A efemeride de hoje, assinala a passagem do natalício do menino Dalvo de Campos Braga, filho do sr. Paulo de Campos Braga e de d. Isaura dos Reis Braga.

Hildebrando de Araújo Góes — Faz annos, hoje, o dr. Hildebrando de Araújo Góes, director de Saneamento da Baía da Guanabara e antigo director do Departamento de Portos e Navegação. O illustre aniversariante passará sua data natalícia ausente desta capital.

A professora Archimedes Soutinho Mattos, esposa do dr.

NASCIMENTOS

Achou-se em festas o lar do casal tenente Fernando-Otete Santos Ferreira Coelho, com o nascimento de uma interessante menina, que receberá na pia baptismal o nome de Lenita.

BODAS DE PRATA

Paulo e Lya Roquette Pinto — Convidam seus parentes e amigos para a missa em ação de graças que fazem celebrar, em comemoração das bodas de prata de seus pais Ricardo e America Xavier da Silveira amanhã dia 12, às 10 horas, no altar-mór da igreja da Candelária.

O casal Xavier da Silveira receberá cumprimentos na sacristia após a missa.

FESTAS

Commemorando o 10º aniversário da sua fundação o Sindicato Medico Brasileiro fará realizar, a 25 do corrente, um sumptuoso baile nos magníficos salões da "Casa da Itália", a rua Cel. Apparecido Borges (prais de Santa Luzia). A entrada dos socios far-se-á mediante a apresentação do ultimo recibo (mês de novembro), havendo a comissão deliberado que cada socio quite tera

Vae reunir-se, nesta Capital, um Congresso dos Funcionarios Publicos de todo o Paiz

O SIGNIFICADO DO CERTAME PROMOVIDO PELA "CASA DO FUNCIONARIO PUBLICO"

Dentro de pouco tempo, funcionários de todo o Brasil se reunirão, nesta capital, em Congresso, para focalizar problemas da maxima importancia, attinentes ao seu sector de actividade. O magno certame tera lugar nos dias 21 a 28 de dezembro proximo, sendo que a sessão inicial devera ser presidida pelo chefe da Nação, sr. Getulio Vargas e com a assistencia do ministro do Trabalho, sr. Agamenon Magalhães.

Nesse periodo serão apresentadas, discutidas e approvadas varias theses do transcendente importancia, para o funcionalismo.

A "Casa do Funcionario Publico" já se encontra em grande actividade, para que o II Congresso Nacional do Funcionalismo, se cerque do maximo interesse e alcance o maior brilhantismo.

A associação de classe que congrega o funcionalismo desta capital e dos Estados, uma vez approvadas, em assembleia, as theses que serão trazidas a plenário, iniciará demarchas junto aos poderes publicos para que sejam sancionadas as providencias suggeridas.

Os congressistas serão hospedados, no Rio, pela "Casa do Funcionario Publico", durante o periodo dos trabalhos. Em vasto programma de homenagem está sendo elaborado, cuidadosamente, para que os servidores do Estado, presentes ao certame, tenham uma recepção condigna e recebam aos seus postos levando as melhores impressões de seus collegas cariocas.

RADIO OFFICINA AVILA

Concertos garantidos
Bolinhas Dogas para amadores a preços convidativos
CARMO 8 — TEL. 22-1129

Aurora Conde Soares

Soares, Soares & Cia. agradecem penhorados a todos que acompanharam o enterro de sua saudosa socia D. AURORA CONDE SOARES e vem novamente convidar para assistir a missa que pelo repouso de sua alma maniam celebrar na igreja do S. S. Sacramento, a Av. Passos, amanhã, sexta-feira, dia 12, ás 10 horas. Desde já mais uma vez se confessam sumamente agradecidos.

Soares, Soares & Cia.

As creanças das escolas municipais nas festas de 15 de novembro

Atim de que se comemorassem commemorativas do 48º aniversário da proclamação da Republica se revistam do maximo brilhantismo as creanças secundarias e primarias do Districto prestarão o seu concurso desfilando ante a esttua de Deodoro.

Sob a regencia do maestro Francisco Braga 1.500 crianças cumprirão um programma de cantico orpheonico executando os hymnos Nacional e Bandeirista, a Deodoro e a Proclamação da Republica.

Ainda por determinação do director do Departamento de

CIGERO SANTOS

A redacção do DIARIO CARIOCA, convida todos os amigos e companheiros do jornalista Cicero Santos para assistirem á missa que por sua alma faz rezar no altar-mór da igreja de S. Francisco de Paula, amanhã, sexta-feira, dia 12, ás 9 horas, confessando-se antecipadamente grata a todos que comparecerem a este acto de caridade christã.

METRO

AMANHÃ

★ PASSEIO, 62 • TEL. 22-6490 e 6141 ★
O unico cinema no Rio, dotado de poltronas estofadas e aparelhamento de ar condicionado.

MEIO DIA
2.30 • 5.00
7.30 e 10 Hs.

PREPARE SEUS NERVOS
PARA ESTE FILM VIGOROSO, UNICO...

Diferente!



ROBERT MONTGOMERY
ROSALIND RUSSELL

★ A NOITE ★
TUDO ENCobre...

DAME MAY WHITTY • ALAN MARSHAL
MERLE TOTTENHAM • KATHLEEN HARRISON
(IMPROPRIO P/ MENORES ATÉ 18 ANOS)

Nenhum film estreado no Metro será exhibido em outros Cinemas do Rio antes de passados 60 dias de suas exhibições neste Cinema.



HOJE *Irmãos* MARX
ULTIMAS "Um Dia Nas Corridas"

CHARLES LAUGHTON
FRANCOIS TONE
CLARK GABLE
"o Grande MOTIM"

HOJE no
PATHE' PALACE

Educação da Municipalidade — Bebem CAIE' GLOBO O melhor e o mais saboroso
BOM ATE' A ULTIMA GOTT!!!
Guardem as capas que têm valor.

Michiko TANAKA
Sessue HAIKAWA
Rene Richard WILLM

YOSHIWARA
O romance amoroso de uma deliciosa "muamã" de olhos amendoados com um elegante e apaixonado tenente russo.
(Improprio para menores até 18 annos)

SEGUNDA-FEIRA ALHAMBRA O CINEMA DOS BONS FILMS

UM LORD OU UM GANGSTER?
Quem seria aquelle homem mysterioso com quem ella se casára?
CONSTANCE CUMMINGS
HUGH SINCLAIR
NOAH BEERY

Extranhos em lua de mel
"STRANGERS ON A HONEYMOON"

SEGUNDA-FEIRA BROADWAY

Marta Eggerth

"CANÇÃO da LEMBRANÇA"
— A historia de uma canção que encerrava o segredo de amor de um principe reinante.

PALACIO SEG-FEIRA

CONCESSÃO ÚNICA DO GOVERNO DA REPÚBLICA

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL

Contrato celebrado com o Governo Federal em 20 de julho de 1932. A vista da Lei N. 21.443, de 10 de Março de 1937

503.ª EXTRAÇÃO

PREMIO MAIOR:
200:000\$000

PLANO X

Lista da extração de QUARTA-FEIRA, 10 de NOVEMBRO de 1937

4.660 PREMIOS

Nesta LISTA não figuram por extenso os numeros premiados pela terminação do ultimo algarismo
Os bilhetes são litografados em papel branco, tinta rosa, fundo azul e numeração preta na frente, com a inscrição: Extração em 10 de Novembro de 1937 às 14 horas

Atenção: Verifiquem a terminação simples de seus BILHETES

Todos os numeros terminados em 2 têm 40\$000

Todos os numeros terminados em 2 têm 40\$000

Todos os numeros terminados em 2 têm 40\$000

0	2432	503	4410	603	6516	5005	8401	503	10015	503	12610	603	14970	503	16950	503	18948	503	20918	503	23192	503	25681	503	28056	503	30370	2603
1	2437	503	4415	603	6521	5005	8410	603	10034	503	12617	1003	14981	1003	16959	503	18958	503	20929	503	23202	503	25691	503	28066	503	30380	2610
2	2442	503	4420	603	6526	5005	8419	603	10053	503	12620	1003	14991	1003	16969	503	18968	503	20939	503	23212	503	25701	503	28076	503	30394	2615
3	2447	503	4425	603	6531	5005	8428	603	10072	503	12623	1003	15001	1003	16979	503	18978	503	20949	503	23222	503	25711	503	28086	503	30408	2620
4	2452	503	4430	603	6536	5005	8437	603	10091	503	12626	1003	15011	1003	16989	503	18988	503	20959	503	23232	503	25721	503	28096	503	30422	2625
5	2457	503	4435	603	6541	5005	8446	1003	10110	503	12629	1003	15021	1003	16999	503	18998	503	20969	503	23242	503	25731	503	28106	503	30436	2630
6	2462	503	4440	603	6546	5005	8455	603	10129	503	12632	1003	15031	1003	17009	503	19008	503	20979	503	23252	503	25741	503	28116	503	30450	2635
7	2467	503	4445	603	6551	5005	8464	1003	10148	503	12635	1003	15041	1003	17019	503	19018	503	20989	503	23262	503	25751	503	28126	503	30464	2640
8	2472	503	4450	603	6556	5005	8473	603	10167	503	12638	1003	15051	1003	17029	503	19028	503	20999	503	23272	503	25761	503	28136	503	30478	2645
9	2477	503	4455	603	6561	5005	8482	603	10186	503	12641	1003	15061	1003	17039	503	19038	503	21009	503	23282	503	25771	503	28146	503	30492	2650
10	2482	503	4460	603	6566	5005	8491	603	10205	503	12644	1003	15071	1003	17049	503	19048	503	21019	503	23292	503	25781	503	28156	503	30506	2655
11	2487	503	4465	603	6571	5005	8500	603	10224	503	12647	1003	15081	1003	17059	503	19058	503	21029	503	23302	503	25791	503	28166	503	30520	2660
12	2492	503	4470	603	6576	5005	8509	603	10243	503	12650	1003	15091	1003	17069	503	19068	503	21039	503	23312	503	25801	503	28176	503	30534	2665
13	2497	503	4475	603	6581	5005	8518	603	10262	503	12653	1003	15101	1003	17079	503	19078	503	21049	503	23322	503	25811	503	28186	503	30548	2670
14	2502	503	4480	603	6586	5005	8527	603	10281	503	12656	1003	15111	1003	17089	503	19088	503	21059	503	23332	503	25821	503	28196	503	30562	2675
15	2507	503	4485	603	6591	5005	8536	603	10300	503	12659	1003	15121	1003	17099	503	19098	503	21069	503	23342	503	25831	503	28206	503	30576	2680
16	2512	503	4490	603	6596	5005	8545	603	10319	503	12662	1003	15131	1003	17109	503	19108	503	21079	503	23352	503	25841	503	28216	503	30590	2685
17	2517	503	4495	603	6601	5005	8554	603	10338	503	12665	1003	15141	1003	17119	503	19118	503	21089	503	23362	503	25851	503	28226	503	30604	2690
18	2522	503	4500	603	6606	5005	8563	603	10357	503	12668	1003	15151	1003	17129	503	19128	503	21099	503	23372	503	25861	503	28236	503	30618	2695
19	2527	503	4505	603	6611	5005	8572	603	10376	503	12671	1003	15161	1003	17139	503	19138	503	21109	503	23382	503	25871	503	28246	503	30632	2700
20	2532	503	4510	603	6616	5005	8581	603	10395	503	12674	1003	15171	1003	17149	503	19148	503	21119	503	23392	503	25881	503	28256	503	30646	2705
21	2537	503	4515	603	6621	5005	8590	603	10414	503	12677	1003	15181	1003	17159	503	19158	503	21129	503	23402	503	25891	503	28266	503	30660	2710
22	2542	503	4520	603	6626	5005	8599	603	10433	503	12680	1003	15191	1003	17169	503	19168	503	21139	503	23412	503	25901	503	28276	503	30674	2715
23	2547	503	4525	603	6631	5005	8608	603	10452	503	12683	1003	15201	1003	17179	503	19178	503	21149	503	23422	503	25911	503	28286	503	30688	2720
24	2552	503	4530	603	6636	5005	8617	603	10471	503	12686	1003	15211	1003	17189	503	19188	503	21159	503	23432	503	25921	503	28296	503	30702	2725
25	2557	503	4535	603	6641	5005	8626	603	10490	503	12689	1003	15221	1003	17199	503	19198	503	21169	503	23442	503	25931	503	28306	503	30716	2730
26	2562	503	4540	603	6646	5005	8635	603	10509	503	12692	1003	15231	1003	17209	503	19208	503	21179	503	23452	503	25941	503	28316	503	30730	2735
27	2567	503	4545	603	6651	5005	8644	603	10528	503	12695	1003	15241	1003	17219	503	19218	503	21189	503	23462	503	25951	503	28326	503	30744	2740
28	2572	503	4550	603	6656	5005	8653	603	10547	503	12698	1003	15251	1003	17229	503	19228	503	21199	503	23472	503	25961	503	28336	503	30758	2745
29	2577	503	4555	603	6661	5005	8662	603	10566	503	12701	1003	15261	1003	17239	503	19238	503	21209	503	23482	503	25971	503	28346	503	30772	2750
30	2582	503	4560	603	6666	5005	8671	603	10585	503	12704	1003	15271	1003	17249	503	19248	503	21219	503	23492	503	25981	503	28356	503	30786	2755
31	2587	503	4565	603	6671	5005	8680	603	10604	503	12707	1003	15281	1003	17259	503	19258	503	21229	503	23502	503	25991	503	28366	503	30800	2760
32	2592	503	4570	603	6676	5005	8689	603	10623	503	12710	1003	15291	1003	17269	503	19268	503	21239	503	23512	503	26001	503	28376	503	30814	2765
33	2597	503	4575	603	6681	5005	8698	603	10642	503	12713	1003	15301	1003	17279	503	19278	503	21249	503	23522	503	26011	503	28386	503	30828	2770
34	2602	503	4580	603	6686	5005	8707	603	10661	503	12716	1003	15311	1003	17289	503	19288	503	21259	503	23532	503	26021	503	28396	503	30842	2775
35	2607	503	4585	603	6691	5005	8716	603	10680	503	12719	1003	15321	1003	17299	503	19298	503	21269	503	23542	503	26031	503	28406	503	30856	2780
36	2612	503	4590	603	6696	5005	8725	603	10699	503	12722	1003	15331	1003	17309	503	19308	503	21279	503	23552	503	26041	503	28416	503	30870	2785
37	2617	503	4595	603	6701	5005	8734	603	10718	503	12725	1003	15341	1003	17319	503	19318	503	21289	503	23562	503	26051	503	28426	503	30884	2790
38	2622	503	4600	603	6706	5005	8743	603																				

Após 80 Minutos Accidentados, o Fluminense Venceu o Vasco Por 4 x 2!

Batataes, a Figura Impressionante do Gramado!

BADU' FOI UM JUIZ FRACO

Realizou-se, ontem, no campo do Fluminense, a esperada partida entre a equipe local e o Vasco da Gama.

Não sendo tecnicamente ótima, a partida foi emocionante pelo lado entusiástico, mantendo em constante vibração a numerosa assistência.

A entrada dos jogadores em campo fez-se sob ruidosa aplausos da assistência.

OS TRICOLORES EM CAMPO

Os comandados de Carminego entram em campo e o estrondoso ovacão dos "tans".

ALINHAM-SE AS EQUIPES

O juiz José Pinto Lopes, chama os contendores às suas posições.

As equipes formam com a seguinte constituição:

VASCO DA GAMA:

Joel — Porro e Italia — Raphael — Zazur e Calocero — Lindo — Alfredo — Niginho — Felício e Luma.

FLUMINENSE:

Batataes — Moyses e Machado — Milton — Santamaría e Orombio — Jandinho — Tim — Russo — Romeu e Hercules.

UMA RECOMENDAÇÃO DISCIPLINAR

O commissario Nilo, de serviço, chama os capitães das equipes Italia e Machado, e o juiz para a ultima recomendação sobre as medidas que serão tomadas em qualquer irregularidade disciplinar.

A SAÍDA

Os tricolores escolhem o goal oposto ao relógio e os cruzmaltinos o do ponto inicial.

O FLUMINENSE NA FRENTE

Russo ataca e Batataes defende. Hercules ataca e Felício defende.

LINDO!

Fluminense escapa de Lindo e provoca um "rush" com Machado sem peores consequências, pois a pelota vai para Batataes.

BATATAES EMOCIONANTE

Luma aproveita um passe oportuno e Batataes emociona a assistência com uma das suas magistrais defesas, segurando um arremate potentissimo.

JOGO DE DEFESAS

As defesas ainda não exultaram o jogo de defesas.

FELICIO 1 x 0

A bola é disputada na extrema direita do Vasco. Alfredo ataca rapidamente e Felício, só na área, não tem dificuldade em burlar a vigilância de Batataes com um shoot no canto direito.

OS TRICOLORES DESCONTROLADOS

A equipe local age desordenadamente em virtude do bom controle do adversário.

ORLANDINHO PERDE

Russo proporciona a Orlandinho uma brecha formidável que é desperdiçada.

ALFREDO QUASE!

Repete-se a oportunidade com os cruzmaltinos e Alfredo não viza o goal.

HERCULES ARREMATÁ DEITADO!

O Fluminense investe pela sua ala esquerda. Hercules manda a bola e a bola é rebatida. O ponto esquerda cala, mas ainda rebatido provocando uma péga da oportunidade de Joel.

FELICIO VIZA BEM

Felício cobra um foul na altura do meio de campo tricolor e esta passa raspando a trave superior.

O VASCO DOMINA

A ação bem organizada do Vasco tem como consequência predominio constante.

RUSO

Após uma avançada sensacional de Hercules, que dribblou tres adversários, Russo recebe a pelota e faz "rush" com Porro, aproximando-se do goal. Joel atira-se e a pelota sai.

Russo e Joel ficam estirados no gramado. Medicados, o cronometrista apita o fim da interrupção e ambos voltam ao jogo.

SENSACIONAL JOEL!

Hercules cobra magistralmente um corner e Joel rebate. Romeu atira novamente de cabeça e o arqueiro vascoino surge sensacional, defendendo um tento inevitável.

ENTRA ALFREDINHO

Russo não melhora e cede o seu posto para Alfredinho.

O predomínio dos comandados de Zazur mantém-se.

BADU'

A torcida vaza repetidamente inúmeras decisões do arbitro Pinto Lopes.

TIM FAHANDO

O famoso "in-sider" prejudica o trabalho da ofensiva tricolor, que procura desmanchar a diferença do placard.

NIGINHO CONTUNDE-SE

O center-avante do Vasco atira numa pelota que Batataes pega, machucando-se.

Niginho refaz-se e volta.

O Fluminense vai ao ataque e quando Romeu fa shoot, o cronometrista apita o fim do tempo.

O PERIODO FINAL

Os esquadras voltam ao campo e o Fluminense inicia.

Após alguns ataques reversos, Alfredinho deita a bola na

procura arrematar uma pelota que Orlandinho estende e Joel pega. O arqueiro vascoino, porém, contendeu-se.

HERCULES 1 x 1

Badu marca um foul próximo a área. Hercules bate sobre a barreira e origina-se confusão. Hercules aproveita e atira inesperadamente no canto direito de Joel, empatando a partida.

O FLUMINENSE BOMBARDEIA

Os tricolores estão animados e verificam-se intensos bombardeios que Tim encerra mandando fora.

O ponta tricolor ameaça seriamente a cidadela vascoina e Porro concede escanteio.

REACÇÃO

Os tricolores firmam-se lentamente e a reacção desportiva energicamente.

DUAS PENALIDADES QUE O JUIZ NÃO MARCA

Moyses empurra duas vezes Niginho na área penal, por duas vezes, sem que o juiz assinala.

PENALTY

Machado faz penalty em Niginho.

Felício bate e desempata a partida.

O score é de

2 x 1 PARA O VASCO!

A TORCIDA VAI A BADA'

A archibancada social não tem complacência com Badu que não tem sendo feliz na sua arbitragem.

RAPHA PROVOCA DISTURBIOS

Rapha choca-se com Hercules e cai, prendendo-lhe a perna.

O player tricolor levanta-se e Rapha continua prendendo-lhe a perna. Hercules perde a paciência e shoota o meio vascoino. Feito o acto de Rapha.

HERCULES — 2 x 2

Hercules cobra um foul enviando sobre o goal. Orlandinho se confunde e Hercules recebe violento foul que o juiz pune.

E ainda Hercules gofeta novamente, fazendo o 2º tento dos tricolores.

SURRUC'

Quando Hercules cobrou a penalidade máxima, o trillo do apito do juiz ouviu-se duas vezes.

A pelota entra e os players do Vasco reclamam.

Forma-se o classico "bolo" em torno do arbitro; Felício exulta-se, estando imminente o surruco.

A policia invade o gramado, dispersando o grupo.

Italia fala com o juiz e, após longa interrupção, reinicia-se a contenda.

SAE ALFREDO

Mamede toma o lugar de Alfredo, que não estava actuando bem.

TIM! FLUMINENSE 3 x 2

Os locais vão à frente e verificam-se um autentico "bombardeio" de passes na área penal do Vasco. Alfredinho Romeu serve de cabeça. Joel defende, mas a bola escapa e transpõe a linha de goal. Joel, num esforço desesperado rebate e Hercules, entrando, leva a pelota ao fundo das redes.

A gloria da proeza, coube a Tim.

BATATAES MARAVILHA!

O guardião tricolor segura uma cabeçada de Mamede a 3

Anno X — Numero 2.890

Rio de Janeiro, Quinta-feira, 11 de Novembro de 1937

Praça Tiradentes n.º 77

Foi sobre a parede

Tendo sofrido violenta derrota, o auto-transporte da

Industria Aroo Iria, n.º 125,

subiu a calçada indo chocar-se

com a fachada do café de pro-

priedade de Antonio Alves Sam-

paio, situado na esquina das

ruas Cuba e Montevideo, na Pa-

ra, derrubando-a e penetrando

na loja.

Felizmente, não houve viti-

mas a lamentar, tendo a poli-

cia do 21º districto tomado em-

penhimento do facto e providen-

ciado quanto a remoção do ve-

hiculo avariado para a sede

da Inspectoria de Veiculos.

metros do goal. Sensacional a

pegada, pois Niginho e Felício

lecharam sobre o goal.

BATATAES IMPRES-

SIONANTE

Não ha mais adjectivos para

assignalar as defesas de Ba-

tataes. O grande arqueiro reap-

pareceu em sua melhor forma,

defendendo arremessos inacred-

itáveis.

ORLANDINHO PERDE A

MAIOR OPORTUNIDADE

Italia recebe a pelota no cen-

tro do campo e tiubela. Orlan-

dinho surge, velozmente, e esca-

pa sobre o goal. Italia persegue

e tenta segurar-o.

Não surte effeito o recurso

desesperado e Orlandinho esta

só em frente ao goal.

O "crack" tricolor entretan-

to, descepinha, shootando fora.

Orlando perdeu a maior chan-

ce da noite.

HERCULES 4 x 2!

Atentua-se o dominio dos lo-

caes. Frequentemente os dia-

listas tricolores jogam na área

crumaltina.

Em uma das investidas, a bola

vai a Joel, mas escapa-lhe.

Hercules entra e choca-se com

elle, levando vantagem, pois o

balão transpõe a meta do Vas-

co.

OS TRICOLORES DOMINAM

Os defensores de Alvaro Cha-

ves estão absolutos; a equipe

das camisas pretas desapareceu

ante a coordenação da linha ad-

versaria.

Em completo e dominio do

Fluminense.

CALOCERO EXHIBE-SE

O medio cruzmaltino desfar-

ma situação difficil na área dos

seus e conduz o balão até o cen-

tro de campo, driblando tres

adversários.

TERMINA O JOGO

Verificam-se mais alguns lan-

ces e o cronometrista dá por

encerrado o tempo regulamen-

tar da pugna, com a victoria do

Fluminense por 4 x 2.

A RENDA

Foi grande a assistência que

ocorreu ao estadio da rua Al-

varo Chaves.

As bilheterias accusaram a

renda de 61.502\$100.

A ACTUAÇÃO DE PINTO

LOPES

Decepção ou a actuação do

juiz José Pinto Lopes. Indiscre-

to, sem energia. Badu' deu

impressão de querer agradar os

contendores para assegurar a

sua escalção em futuros jogos.

Passagens requisitadas

pelos Ministerios

A estação D. Pedro II forne-

ceu no dia 9 do corrente, por

conta dos diversos ministerios,

18 passagens, na importancia de

12.145\$000.

Presos Varios Chefes Communistas

DOCUMENTOS DE PROPAGANDA VERMELHA APPREENDIDOS

A Seção de Segurança Política, nestes ultimos tempos, vinha procedendo a investigações no sentido de localizar um individuo de nacionalidade italiana, accusado de distribuir boletins de propaganda comunista em varios sectores da actividade proletaria.

Conseguida a identidade do referido individuo, facil foi aos auxiliares do dr. Israel Souto a detenção do mesmo, em sua residencia, á rua Herculano de Barros n.º 22.

Procedida a rigorosa busca, foram apprehendidos no com- modo por elle occupado varios documentos contendo propa- ganda comunista e bem assim uma lista contendo o nome de intellectuaes que se reuniam semanalmente com o perigoso chefe vermelho.

Aparentou a policia que o detido, cujo nome é Domenico Ferrari, a conselho de seu particu- lar amigo Francesco Nititi, ex-presidente do Conselho de Ministros da Italia e actualmen- te exilado em Paris, se natu- ralizara brasileiro para melhor propagar o credo vermelho e fi- car a salvo, em caso de frasca- do de uma expulsão immediata.

Pelos relatorios apprehendidos ficou evidenciado que Ferrari é tambem um agente de espiona- gem a serviço do anti-fascismo italiano.

PRESO ALEXANDRE WAL-

LESTEIN

Foi detido, nesta capital, em uma pensão da Avenida Atlân- tica, sob o falso nome de Carlos Garcia, o comunista Alex- andre Wallestein, de nacionali- dade russa, que ha muito vin- ha sendo procurado pela poli- cia. Alexandre Wallestein foi o planejador da fuga especta- cular de um grupo de presos po- líticos do presídio Maria Zelia, em São Paulo.

Além disso, era elle o director de uma Empresa de Publicidade, que somente editava obras comu- nistas.

Victima de uma que- da de trem

O lavrador João da Silva, de 35 annos, com 15 annos, casado e residente em Santa Cruz, caiu ontem de um trem, nessa estação, sofrendo fratura de braço esquerdo e de omoplata.

Depois de medicado no Posto de Campo Grande, João Silva foi internado no Hospital de Pronto Socorro.

Atropelado em frente á residencia

O menor Alfredo Gonçalves, de cor branca, com 14 annos de idade, residente á rua Santo Amaro, 29, casa 11, foi colli- dido por auto em frente á pro- pria residencia, sofrendo fratura da perna esquerda.

A victima foi devidamente medicada no Posto Central de Assistência.

Encontrado com um canivete enterrado no thorax

Uma ambulancia da Assisten- cia apanhou, ontem, na rua da Bandeira, um canivete en- terrado no thorax, o carpinteiro Pedro Alves dos Santos por- tador de 47 annos, casado e de residencia ignorada.

Depois dos primeiros socorro- res, foi Pedro Alves dos Santos internado em estado de "shock" no H. P. S.

O S. C. A. R. J. trata de assumptos de grande interesse do commercio

Reunida a directoria do Syn- dicato dos Comerciantes Ata- cados do Rio de Janeiro, sob a presidencia do sr. Raul Sena- ra, na sua semanal, ventillou di- versos assumptos referentes ao commercio nacional.

Tomadas algumas delibera- ções, duas dellas são de grande e immediato interesse: o cum- primento da lei dos dois terços no caso em que varias firmas estão dependendo da naturaliza- ção de empregados e a soli- citação de providencias ao titu- lar da pasta da Fazenda, pro- videncia de prometteria no sentido de serem feitas as res- tituições das importações pa- gas indevidamente no caso da sellagem dos contratos banca- rios de abertura de credito.

Foram abertas as propostas para as installações da nova sede. A rua da Alfandega, 107.



Domenico Ferrari e Alexandre Wallestein

As comemorações do Centenario do Collegio Pedro II

CONCEDIDOS 300 CONTOS PA- RA O CUSTEIO DAS FESTI- VIDADES

O presidente da Republica sancionou a resolução do Poder Legislativo que autoriza o Executivo a dispendir até a quantia de 300 contos afim de attender ao custeio das festivi- dades comemorativas do prin- cipio do centenario do Collegio Pedro II, inclusive a prepara- ção dos edificios em que funcio- nam as duas seções do mesmo collegio, a impressão de traba- lhos attinentes á historia do Instituto e as festividades dos respectivos professores e estu- dantes, bem assim a cunhagem de medalhas comemorativas.

A resolução legislativa ora as- signeda, restabelece o grão de bacharel de sciencias e letras para os alumnos que houverem terminado o 3º anno do curso do Collegio Pedro II, não im- portando o titulo conferido de accordo com essa lei, na con- cessão de qualquer direitos e

Caiu do trem em Campo Grande

SENDO INTERNADO NO H. P. S.

Foi victima, ontem, de uma queda de trem na estação de Campo Grande, soffrendo fratura do joelho esquerdo e tor- ções contusas pelo corpo, o la- vrador Horacio Souza, preto, de 35 annos, casado e residente na Pedra da Guaratiba.

Depois de socorrido no Posto de Assistência de Campo Gran- de, a victima foi removida para o H. P. S., onde ficou inter- nada.

Atropelado na praça da Bandeira

Foi colhido, ontem, por um

automovel, na praça da Bandei- ra, soffrendo fratura da coxa direita, contusões e escorões nos membros superiores, o com- merciante Joaquim Pegonha, bran- co, de 31 annos, solteiro, resi- dente á rua 18 de outubro.

Depois dos primeiros socorro- res, foi recolhido ao Hospital de Pronto Socorro.

Enquanto dia a dia diminue o valor acquisitivo do mil réis, vai em augmento o valor venal dos terrenos bem situados

O saudavel e pittoresco

JARDIM CARIOCA da ILHA DO GOVERNADOR

é hoje a grande e irresistivel tenta- ção dos que aspiram ser proprietarios de optimos terrenos, aproveitando a ultima oportunidade dos preços ba- ratos. Dentro de dois ou tres annos será difficil. Dentro de cinco ou seis, quasi im- possivel!

Os terrenos do JARDIM CA- RIOCA valorizam-se anno a anno, mez a mez, dia a dia. Com a Construcção da Ponte, cuja concurrencia está aberta, os preços alcançarão niveis im- previstos.

AINDA E' TEMPO DE COMPRAR POR COBRE O QUE VALE OURO

Assistencia Judiciaria do DIARIO CARIOCA

Griada esta secção gratis para os seus leitores pobres sob a direcção de dr. Alvaro Conceição de Oliveira

O DIARIO CARIOCA, ao inaugurar a Assistencia Judiciaria para seus leitores, prae- tou mais um relevante serviço á sociedade de- fendendo os direitos dos que necessitam de Justiça. O successo e recompensa dessa nova secção encontramos nos agradecimentos que temos recebido. Continuaremos diariamente das 10 1/2 ás 11 1/2 a attender aos interes- sados.

CORRESPONDENCIA

Miguel da Costa Santos — Aguarde vi- sita do nosso representante